

Afirmação é do professor Elias Jabbour

Brasil tem que voltar a diferenciar o capital nacional e estrangeiro

ASCOM - MCTI



Para Luciana, vacina da Covid 100% nacional é um marco para a ciência brasileira

O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) divulgou os resultados dos testes da SpiN-TEC, primeira vacina 100% brasileira contra a Covid-19. O imunizante foi desenvolvido pelo Centro de Tecnologia de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com a Fundação Ezequiel Dias (Funed), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ligado à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Os estudos confirmaram a segurança do imunizante, e a expectativa é que ele entre em produção ainda em 2026. **Página 4**



“Sem capital nacional não tem desenvolvimento, e país sem indústria é um país sem futuro”, disse

O professor da UERJ argumenta que poucos países do mundo deixam de fazer essa diferenciação. “É que sem capital nacional não tem desenvolvimento, um país sem indústria é um país sem futuro, sem condições de existir enquanto nação”,

destacou, em entrevista ao HP. Uma promessa forte do Rio de Janeiro para a Câmara dos Deputados no ano que vem, Jabbour afirmou que uma de suas prioridades políticas será o retorno à Constituição da diferenciação entre capital nacional e capital estrangeiro. **Pág. 2**

Lula anuncia forte investimento na indústria naval brasileira

Omar al-Qattaa - AFP



Chegada na cidade de Khan Younis, na Faixa de Gaza, dos presos libertados após troca feita com Israel

Multidão em Gaza saúda soltura de presos pela ditadura israelense

Uma multidão se reuniu na principal cidade da Cisjordânia, Ramallah para receber com festa, aplauso e abraços a chegada dos prisioneiros palestinos até aqui condenados à prisão perpétua por suas

ações de Resistência à ocupação ilegal e opressiva dos territórios palestinos desde 1967 e contra a negação dos direitos humanos e políticos do povo palestino desde 1948. Também na Faixa de Gaza a recepção festiva saudou a chegada dos 1.700 prisioneiros palestinos que foram sequestrados para as prisões israelenses desde 8 de outubro de 2023 até agora. Nas masmorras de Israel há em torno de 11.000

presos políticos palestinos, parte deles sem julgamento ou mesmo acusação formal dentro da legislação fascista que “permite” ao ocupante realizar as chamadas “prisões administrativas”. **Página 6**

Na sessão da Primeira Turma do STF realizada terça-feira (14), o procurador-geral da República, Paulo Gonet, fez uma exposição contundente sobre as acusações contra o “Núcleo 4” da trama golpista. Gonet, pediu condenação dos 7 réus e reforçou que o grupo propagou desinformação com uso de estrutura estatal, entre elas, a Abin. **Página 3**

O presidente Lula anunciou na quinta-feira (9), em Maragogipe (BA) a retomada de fortes investimentos na indústria naval do Estado. O anúncio marcou o retorno das atividades do Estaleiro Enseada, a contratação de embarcações para controle de vazamentos em alto mar pela Petrobrás, a retomada da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) e um investimento do Ministério de Portos e Aeroportos em novas embarcações. “Estou aqui para recuperar a indústria naval brasileira”, disse Lula ao anunciar investimentos na Bahia. **Página 3**

“Desmatamento ilegal zero”, afirma Alckmin na pré-COP-30

“A meta é desmatamento ilegal zero até 2030. Inclusive recomposição da floresta com recursos que já estão sendo disponibilizados principalmente através do Fundo do Clima”, declarou o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin. O discurso foi feito na Reunião Ministerial Preparatória da COP-30, evento que ocorrerá em Belém (PA) entre 10 e 21 de novembro. **Pág. 3**

Gonet: Núcleo 4 atuou coordenado a Bolsonaro para executar crimes

Na sessão da Primeira Turma do STF realizada terça-feira (14), o procurador-geral da República, Paulo Gonet, fez uma exposição contundente sobre as acusações contra o “Núcleo 4” da trama golpista. Gonet, pediu condenação dos 7 réus e reforçou que o grupo propagou desinformação com uso de estrutura estatal, entre elas, a Abin. **Página 3**

Estudo desmente Trump: estadunidense que paga tarifa

A falsa narrativa do BBB

“Os gastos financeiros têm se aproximado perigosamente da trágica marca de R\$ 1 trilhão ao longo de 12 meses”

PAULO KLIASS*

Uma vez consumada a perda de validade da Medida Provisória (MP) nº 1303 durante a votação na Câmara dos Deputados em 08 de outubro, teve início uma verdadeira guerra de narrativas para tentar consolidar uma posição a respeito do conjunto do processo. O fato concreto e objetivo é que uma articulação da direita com a extrema direita naquela casa legislativa aprovou, no último dia de tramitação da dita MP, um pedido de retirada da matéria da pauta. Desta maneira, ao menos formalmente, naquele momento não foi votado o conteúdo das proposições embutidas no texto que havia sido encaminhado pelo Executivo ainda em junho deste ano.

De acordo com as regras para tramitação de medidas provisórias, o texto deve ser apreciado e aprovado pelo Congresso Nacional no prazo máximo de 120 dias. Caso contrário, as disposições ali presentes perdem validade uma vez que a proposição caduca. Como a medida provisória tem validade imediata após sua publicação pelo Poder Executivo, normalmente o que ocorre é a edição de um decreto legislativo dando conta das medidas a serem adotadas quanto aos atos jurídicos que foram realizados ao longo dos 120 dias anteriores e que perderam validade com a caducidade da MP. Este procedimento se faz necessário para superar o vazio jurídico que se cria em tais situações.

A origem de todo este imbróglgio travestido de disputa política pode ser identificada no processo de derrubada pelo Congresso Nacional do veto que o Presidente Lula havia colocado em matéria envolvendo o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Naquela sequência de quedas de braço entre o Palácio do Planalto e o poder legislativo, o governo teria deixado de arrecadar algo em torno de R\$ 20 bilhões, de acordo com as estimativas do Ministério da Fazenda. Com isso, a decisão do Executivo foi o de buscar novas formas de assegurar o equilíbrio nas contas primárias, tal como sugerido por Fernando Haddad e incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) como meta a ser atingida pela equipe econômica.

MP 1303 CADUCA. E DAÍ?

Desta forma, o documento que passa a ganhar relevo no debate político e no trâmite legislativo é a MP 1303. Ali estão presentes algumas medidas para elevar a arrecadação e outras para reduzir despesas. Esta é a estratégia do Ministro da Fazenda para encerrar o ano de 2025 com o objetivo de “zerar o déficit primário” atingido e a missão de “responsabilidade fiscal” bem cumprida. As propostas iniciais para elevar a tributação envolviam aumentar o imposto sobre as apostas do tipo “bets”, ampliar a incidência de impostos também sobre alguns títulos do mercado financeiro (Letras de Crédito Imobiliário – LCI e Letras de Crédito Agropecuário – LCA), estabelecer uma alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as fintechs a exemplo do que ocorre com os bancos tradicionais, dentre outras medidas pontuais de tributos diversos.

Pelo lado dos cortes de despesa, a mesma MP propõe um conjunto de medidas nas contas primárias. A primeira dela é a redução do acesso ao seguro defeso para pescadores artesanais. Trata-se de um benefício previsto para aqueles que se dedicam à pesca como meio de sobrevivência e que se veem impedidos de fazê-lo no período da piracema. Em seguida, o texto inclui uma malandragem contábil que possibilitaria a inclusão das despesas com o programa de natureza assistencial “Pé de Meia” nas regras para atingir o piso constitucional com a educação. Finalmente, o documento estabelece novos procedimentos para concessão do auxílio saúde, restringindo de forma significativa o acesso ao benefício por parte todos os usuários do sistema da seguridade social.

Continua: <https://horadopovo.com.br/a-falsa-narrativa-do-bbb-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Itinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Elias Jabbour, presidente do Instituto Pereira Passos:

Brasil tem que voltar a diferenciar o capital nacional do estrangeiro



Foto: Divulgação

Elias Jabbour: nossa indústria foi engolida pelo capital estrangeiro

Ibama conspira contra Petrobrás na Margem Equatorial

“Espero que no dia 16 tenhamos autorização para perfuração”, disse Chambriard, presidente da estatal

A presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, disse nesta terça-feira (14) que se surpreendeu com a decisão do instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de pedir mais informações para liberar o processo de licenciamento ambiental, que permitirá a estatal perfurar o bloco FZA-M-59, localizado na região costeira do Amapá e que tem o maior potencial petrolífero entre os 42 blocos exploratórios da Margem Equatorial brasileira.

O órgão ambiental alega em um novo parecer técnico, anexo ao processo na segunda-feira (13), que ainda existem “pendências e incertezas” quanto às informações apresentadas pela estatal nos planos de Emergência Individual e de Proteção à Fauna.

Chambriard, que esperava que a licença já tivesse sido concedida e espera que na reunião entre as equipes da estatal e do órgão ambiental na próxima quinta-feira (16) “tenhamos autorização para perfuração”, disse após



Foto: Fernando Frazão/ABR

Magda Chambriard, presidente da Petrobrás

participar de um evento promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no Rio de Janeiro.

Esse movimento claro de postergação por parte do Ibama pode levar a estatal a ter que reiniciar o processo de licenciamento, impondo enormes prejuízos à estatal e impedindo o desenvolvimento econômico do país e a melhoria das condições de vida da população.

A executiva afirma que “a preocupação agora é o dia 21 de outubro, que é o dia limite do contrato da sonda [para perfuração]. Se a gente não começar a perfurar até o dia 21, essa sonda pode ser retirada da locação e se ela for retirada e substituída por outra

sonda no futuro, o que vai acontecer é que o processo de licenciamento começa tudo de novo”, explicou Magda.

A sonda já contratada para perfurar a área custa por dia R\$ 4,2 milhões à Petrobrás. “Essa sonda é rara no mundo. É uma das poucas sondas de última geração que existem. A gente tem duas, três sondas dessas no mundo todo. É uma sonda altamente demandada”, disse a presidente da Petrobrás, ao afirmar que está “otimista que vai dar certo, senão essa sonda já teria saído de lá há muito tempo”.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/ibama-conspira-contrapetrobras-na-margem-equatorial/>

Míssil brasileiro “Astros 2020” é testado e atinge alvo com precisão a 300 km

O novo míssil foi criado pela Avibrás em parceria com o Exército Brasileiro. O teste ocorreu durante a Operação Atlas na Amazônia e mobilizou cerca de 10 mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica

Criado pela fabricante nacional Avibrás em parceria com o Exército Brasileiro, o Astros 2020, com alcance de 300 km, foi testado pela primeira vez na Amazônia durante a Operação Atlas, marcando um novo capítulo na história militar do país e representa o auge da engenharia nacional em defesa. Segundo informações da Avibrás, o Astros 2020 é totalmente nacional e foi desenvolvido para operar em terrenos adversos, como florestas e regiões montanhosas. Segundo reportagem da revista Sociedade Militar, o sistema é capaz de realizar lançamentos em poucos minutos, com grande mobilidade e resistência a interferências eletrônicas.

O teste ocorreu nesta quinta-feira (9) em Bonfim, município de Roraima, na fronteira com a Guiana na Serra do Tucano, área isolada usada para treinamentos do Exército e da Força Aérea Brasileira (FAB). O treinamento, acompanhado pelo Ministério da Defesa e pelo



Astros 2020 da Avibrás. Foto: Divulgação

Comando Militar da Amazônia, simulou um cenário real de combate envolvendo apoio aéreo da Força Aérea Brasileira (FAB), tanques, veículos blindados e sistemas de artilharia pesada. O objetivo foi testar a interoperabilidade em ações de defesa de fronteira e de proteção da Amazônia.

O míssil atingiu o alvo com alta precisão, comprovando o alcance de 300 quilômetros e a eficiência do sistema 100% nacional. A sigla ASTROS significa Artillery Saturation Ro-

cket System, ou Sistema de Foguetes de Artilharia para Saturação de Área. De acordo com o Ministério da Defesa, o Astros 2020 é considerado um dos principais projetos estratégicos do Exército, simbolizando a capacidade do Brasil de produzir sistemas complexos de artilharia de longo alcance com autonomia tecnológica e soberania industrial.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/missil-brasileiro-astros-2020-e-testado-e-atinge-alvo-com-precisao-a-300-km/>

Professor da UERJ argumenta que poucos países do mundo deixam de fazer essa diferenciação. “É que sem capital nacional não tem desenvolvimento, um país sem indústria é um país sem futuro, sem condições de existir enquanto nação”, destacou

O professor Elias Jabbour, professor universitário, geógrafo, intelectual marxista, dirigente do PC-dB, escritor, presidente do Instituto Pereira Passos e uma promessa forte do Rio de Janeiro para a Câmara dos Deputados no ano que vem, afirmou, nesta terça-feira (14), em entrevista ao HP, que uma de suas prioridades políticas será o retorno à Constituição Brasileira da diferenciação entre capital nacional e capital estrangeiro.

Esta diferenciação foi introduzida na Carta Magna na Constituinte de 1988, mas, a onda neoliberal que tomou conta do país no início dos anos 90, responsável por uma série de medidas antinacionais, levou também a que essa diferença fosse abolida por uma emenda constitucional que buscava beneficiar o capital estrangeiro. A medida praticamente impediu que o país conseguisse desenvolver políticas em defesa do capital nacional. O resultado foi que o Brasil viveu um processo de desindustrialização. Elias Jabbour esclarece, nesta entrevista, por que este retorno à definição da Constituinte de 88 é uma de suas principais bandeiras políticas.

Confira a entrevista na íntegra!

HORA DO POVO: Quais foram as consequências para o Brasil da mudança constitucional que acabou com a diferença entre capital estrangeiro e nacional?

ELIAS JABBOUR: As consequências foram gravíssimas, porque ela, ao abrir condições de igualdade entre capital nacional e capital estrangeiro, permitiu que nossa indústria, que já não tinha a devida competitividade, fosse devidamente engolida pelo capital estrangeiro.

Como os países que fizeram o catch-up agiram? Eles protegeram a sua própria indústria até que a sua indústria conseguisse alcançar condições de competir internacionalmente. Aí sim, passa a se ter uma política cambial menos rígida, uma política de juros correta, etc.

Ou seja, você primeiro cria indústrias poderosas, com marcos macroeconômicos muito claros de potencialização das suas indústrias nacionais, para depois fazer uma abertura lenta, gradual e segura. No Brasil foi quase uma terapia de choque nesse aspecto e o resultado foi o fato do Brasil ter sido o país que se desindustrializou mais rápido na história do capitalismo.

HP: Por que você está colocando esta questão como uma de suas prioridades políticas?

ELIAS: Eu coloco como central isso porque a gente tem que ter um ponto de partida, ou seja, e o ponto de partida é o de diferenciar o capital nacional e o capital estrangeiro. É a tal da indústria

infante, ou seja, nós temos a nossa própria siderurgia, capaz de criar máquinas, produzir máquinas, criando condições para o aumento da complexidade nacional e econômica, o capital estrangeiro se vier a ter o mesmo acesso ao crédito, por exemplo, vai ter que se adaptar às nossas condições.

Eu acho que esse também é outro ponto, você diferencia para criar condições para a entrada do capital estrangeiro a partir de condições que nós colocamos, como por exemplo, transferência de tecnologia, de joint ventures, etc. E fazer o que os países, inclusive capitalistas, fizeram lá atrás. Nenhum país abriu completamente a sua economia e até hoje nenhum país, poucos países no mundo, somente Brasil, Argentina, e outros países que dão esse mesmo tratamento não diferenciado, o normal é diferenciar.

HP: Por que é importante para o desenvolvimento brasileiro a prioridade para o capital nacional?

ELIAS: É que sem capital nacional não tem desenvolvimento, um país sem indústria é um país sem futuro, sem condições de existir enquanto nação. Então o capitalismo nacional, vamos dizer assim, como condição para uma transição ao socialismo, demanda um país dotado de grandes conglomerados empresariais, com um sistema financeiro sólido e orientado ao crédito bancário nacional.

E é isso, ou seja, como diz o Adam Smith, a riqueza das nações, a riqueza de uma nação são suas empresas, seus bancos, seu mercado interno. Então se nós não tivermos isso, nós nem podemos começar a pensar em projeto nacional em termos estratégicos e sensíveis, como deve ser tratado.

HP: Você acha possível restabelecer a condição original da Constituição de 88 que diferenciava os dois tipos de capital?

ELIAS: Olha, não é fácil porque a sociedade brasileira foi ganha para noções de que nossa economia é fechada, de que nós somos um país que não é um país amigável ao investimento estrangeiro, ou seja, vai ser difícil essa batalha. Mas acredito que existe um flanco aberto aí para que esse tipo de agenda, orientada à construção de um projeto nacional, ela volte à tona com muita força, inclusive partindo dessa discussão de soberania que o Trump nos deu de presente.

A batalha é difícil, mas acho que nós podemos abrir vanguarda na construção de um projeto nacional e esse ponto nós levantamos, diferente de capital nacional e capital privado nacional ou estatal e estrangeiro, é um belíssimo ponto de partida para fazer a sociedade começar a acordar para essa nossa realidade da necessidade de construir um tecido econômico próprio nacional.

Boletim do BC reduz inflação e juros reais seguem subindo

Os bancos voltaram a cortar as projeções de inflação, que caiu de 4,80% para 4,72%, mas não tocam na Selic (taxa básica de juros) esperada, que permanece nos proibitivos 15% ao ano. Os dados são do Relatório Focus, de responsabilidade do Banco Central (BC), e foram divulgados nesta segunda-feira (13).

Com o novo corte na inflação esperada para 12 meses e o nível da Selic permanecendo em 15%, o juro real (leia-se: o lucro real do banqueiro e rentistas em geral com as operações de empréstimos, aplicações financeiras etc.) é de 10,28% ao ano.

Enquanto os bancos enchem as burras de dinheiro sem produzir um parafuso,

o crescimento da economia desacelera prejudicado pelo desestímulo que os juros altos do BC causam contra os investimentos por empresas produtivas e do Estado, e no consumo das famílias.

“Um dos maiores absurdos econômicos do mundo contemporâneo”, denuncia o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban. “Mais grave ainda: a inflação em maio e junho, quando anualizada, ficou abaixo do centro da meta. Além disso, as expectativas de inflação vêm caindo e já estão dentro do intervalo da meta. Por que isso só é considerado quando se trata de elevar a Selic, mas nunca quando se discute reduzi-la?”



Lula Marques/Agência Brasil

Ministra das Relações Institucionais Gleisi critica Gabriel Galípolo por manter “juros estratosféricos”

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT), criticou na segunda-feira (13) a manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 15% ao ano. Ela lembrou que o Banco Central é autônomo, mas reforçou que acha que a decisão é errada. Gleisi afirmou também que quem começou a alta dos juros foi Roberto Campos Neto, mas destacou que Gabriel Galípolo manteve “a escalada”.

“Nós não temos interferência no que ele faz. Essa taxa de juros estratosférica que está aí começou incentivada pelo Roberto Campos Neto, que fez terrorismo fiscal: ‘As contas não estão em dia, tem que aumentar os juros’. O Galípolo, quando assumiu, indicado pelo presidente, continuou essa escalada. Agora parou, mas teria que baixar”, disse Gleisi, em entrevista ao SBT.

Para a ministra, a decisão é errada e cobrou reação do setor produtivo, que, segundo ela, deveria pressionar o Banco Central e o presidente da instituição, Gabriel Galípolo. “Tá errado, tá errado. Nós não temos força de determinar. O que eu posso fazer é criticar, e estou criticando, como criticava antes”, acrescentou, apontando que só o setor financeiro pressiona o BC e cobrou a mesma atitude do setor produtivo.

Ela classificou a Selic em 15% ao ano como “uma taxa estratosférica, ruim para o desenvolvimento econômico e que não está de acordo com os parâmetros da economia brasileira”. “Estamos com uma inflação controlada, redução dos preços, o dólar está baixo – e não é por causa da taxa do Banco Central, não. O dólar está baixo por conta da economia americana, da economia mundial. Então, não é justo para o povo brasileiro, com o setor produtivo, continuar com essa taxa de juros”, disse.

Ganância das big techs faz da “internet lugar de golpes e violência”, denuncia Orlando

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) denunciou que as plataformas digitais permitem que a internet vire “lugar de golpes, ódio e violência” para continuar lucrando, enquanto fazem lobby nos Estados Unidos e no Brasil para impedir qualquer regulamentação do setor.

“Esta luta que nós travamos há muitos anos precisa seguir. As big techs trabalham apenas para garantir o seu lucro, independente de que isso signifique que a internet vire lugar de golpes, ódio e violência”, afirmou Orlando.

Em vídeo publicado em suas redes sociais, Orlando falou sobre um jantar entre donos e dirigentes das maiores plataformas digitais e empresas de tecnologia do mundo, como a Meta, Apple, Google, Microsoft e OpenAI, com o presidente dos Estados Unidos.

“Por trás desse jantar estão os interesses das big techs. O que eles estão fazendo se chama lobby. O que parece só um jantar é, na verdade, um esquema para influenciar leis e impedir a regulação de plataformas pelo mundo”, disse.

O deputado citou o dado da Agência Pública de que as big

techs gastaram, em 2024, US\$ 61 milhões com lobby nos EUA, onde essa prática é legalizada. “O projeto de hegemonia das big techs não é brincadeira”, apontou.

Orlando citou o caso do Projeto de Lei de Combate às Fake News (PL 2.630/20), que tinha sua relatoria, e foi atacado com mentiras pelas empresas e pelos bolsonaristas. “Eles se juntaram todinhos com a extrema-direita, com os bolsonaristas, e pressionaram contra este projeto de lei”.

A tramitação do PL foi atrasada pelo então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que tirou Orlando Silva da relatoria e criou um grupo de trabalho, que nunca funcionou efetivamente.

“Se lá [nos EUA] o Trump está fazendo jantazinho com essa gente antidemocrática, aqui o presidente Lula está firme para combater privilégio dessa cambada e seguir lutando para regular as plataformas digitais e garantir a nossa soberania digital”, disse.

Orlando argumentou que “a internet precisa ser um espaço seguro, transparente e democrático. E isso só acontece com regulação”.

Páblo Váldares/CD



Deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP)

Lula anuncia investimento na indústria naval do país

Ricardo Stuckert/PR



Presidente com trabalhadores, ministros e parlamentares na solenidade “Meta é desmatamento ilegal zero”, afirma Geraldo Alckmin em evento pré-COP-30

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, afirmou que a meta do Brasil é conseguir zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030 e disse que a COP-30 terá como objetivo “reforçar o multilateralismo” e fazer com que os países se comprometam com a preservação ambiental.

“A meta é desmatamento ilegal zero até 2030. Inclusive recomposição da floresta com recursos que já estão sendo disponibilizados principalmente através do Fundo do Clima”, declarou o presidente em exercício.

O discurso foi feito na Reunião Ministerial Preparatória da COP-30, evento que ocorrerá em Belém (PA) entre 10 e 21 de novembro.

A Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas terá o objetivo de “reforçar o multilateralismo e o regime de mudanças do clima no âmbito da convenção-quadro da ONU”, “conectar o regime climático à vida real das pessoas” e “acelerar a imple-

mentação do Acordo de Paris por meio de estímulo às ações e ajustes estruturais em todas as instituições que possam contribuir para isso”.

Geraldo Alckmin disse acreditar “que esse esforço coletivo de cooperação entre os povos deve ser canalizado aqui nas negociações da COP-30 e concentrado nas contribuições nacionalmente determinadas (NDC) do Acordo de Paris”.

Para ele, o Brasil é “exemplo de que a transição energética é factível e rentável. Estamos comprometidos e esperamos comprometer a comunidade internacional”.

O vice-presidente da República ainda disse que as lideranças globais devem “garantir que o progresso, seja ele científico, econômico ou tecnológico, nunca aconteça às custas do clima, da natureza ou da dignidade humana”.

“E com esse olhar que o Brasil chega à COP, como um país que acredita que ética, inovação e sustentabili-

dade não são caminhos paralelos, mas o mesmo caminho – o caminho da responsabilidade compartilhada pelo futuro comum da humanidade”.

Entre as metas entregues pelo Brasil à COP-30 está passar de 59% para 67% a redução de emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2030, tendo como base o ano de 2005.

“Trata-se de um plano ousado, mas realista, de corte de emissões, que prevê o crescimento econômico aliado à transição energética e à proteção das florestas, refletindo o compromisso com o desenvolvimento sustentável”, comentou Alckmin.

“O Brasil reconhece a crise climática e quer uma meta realista de emissões que concilie crescimento econômico e transição energética, com compromisso de desenvolvimento sustentável. O país tem papel fundamental nas três grandes questões do século: segurança alimentar, segurança energética e combate às mudanças climáticas”.

Núcleo 4 atuou em coordenação com Bolsonaro para executar seus crimes, mostra Paulo Gonet

Durante a sessão, na terça-feira (14), da Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal), o procurador-geral da República, Paulo Gonet, fez exposição contundente sobre as acusações contra o “Núcleo 4” da trama golpista.

Ele destacou e reforçou o uso estratégico de narrativas falsas para fomentar a desconfiança no sistema eleitoral brasileiro.

Ele pediu a condenação dos 7 réus que integraram esse braço desinformativo da conspiração golpista, cujo ápice foi o 8 de janeiro de 2023.

O procurador-geral denunciou que “as campanhas promovidas pelos acusados, essenciais para o levante popular contra as instituições democráticas, encontram-se confirmadas pelas provas de que os autos são ricos”. “Dá-se conta de que, por meio da ação criminosa dos réus, a organização criminosa capitaneou guerra informacional crescente”.

Ele destacou ainda que “comprovou-se que os acusados agiram de forma coordenada com o núcleo central da organização criminosa, concentrando a produção e disseminação de notícias falsas contra os mesmos alvos apontados publicamente por Jair Bolsonaro, a fim de enfraquecer o prestígio popular das instituições democráticas, tornando mais fácil as medidas seguintes da sua adulteração”.

Gonet enfatizou e ligou o grupo com os atos gol-

pistas de 8 de janeiro de 2023. “No caso dos réus ficou claro o impacto do seu comportamento para o desfecho violento de 8 de janeiro de 2023”, afirmou.

Segundo o procurador-geral, o motim verificado ao final tem relação de causa “com a trama gerada e insuflada pela ação deste grupo de acusados”. Este é o primeiro julgamento realizado sob a direção do ministro Flávio Dino, novo presidente da Primeira Turma.

CONTEXTO

O julgamento do “núcleo 4”, que começou nesta terça-feira ocorre numa das fases centrais da apuração da chamada trama golpista, acusada de tentar desestabilizar o processo institucional no Brasil após as eleições de 2022.

O STF já condenou todos os réus do “núcleo 1”, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e agora avança para analisar outros núcleos.

Esse núcleo é definido pela PGR como o “núcleo da desinformação”, formado por 7 pessoas que teriam promovido campanhas de notícias falsas, ataques virtuais a instituições e autoridades e uso de estruturas estatais para reforçar narrativas golpistas.

A acusação central da PGR é de que esse grupo teria sido essencial para corroer a confiança nas instituições, criando ambiente propício à ruptura institucional e à radicalização política.

Ao tomar a palavra,

Paulo Gonet apresentou como premissa que “a existência dos crimes, objeto da denúncia, foi verificada e proclamada”.

Ele enfatizou que o “núcleo 4” não atuou ao acaso, mas de modo estratégico:

1) Uso da estrutura estatal: Gonet acusou os réus de operarem com apoio (explícito ou implícito) de órgãos públicos, apontando que essas ações não foram meras iniciativas isoladas, mas sim parte de articulação para reforçar a narrativa golpista.

2) Desinformação com revestimento técnico: O procurador destacou que os discursos disseminados tinham aparência de tecnicidade — como auditorias ou laudos — o que aumentou a credibilidade com o público. “A campanha enganosa, revestida de aparência técnica, teve eficácia para plantar suspeita no processo eleitoral”.

3) Contribuição para a instabilidade social: Segundo Gonet, essas ações alimentaram tensão política e mobilização social, contribuindo para que setores da sociedade aceitassem intervenções ou discursos de ruptura institucional. “A instabilidade social ensejadora de ruptura institucional e da revolta popular teve contribuição clara desse núcleo”.

4) Pedido de condenação: Com base nas provas já dispostas nos autos, ele reafirmou o pedido de condenação dos 7 acusados.

POLÍTICA/ECONOMIA □ 3

O presidente voltou a criticar os serviços de plantão. “Quando o presidente Trump resolveu gritar com o Brasil, os vira-latas desse país queriam que eu rastejasse atrás do governo americano”, disse

O presidente Lula anunciou na quinta-feira (9), em Maragogipe (BA) a retomada de fortes investimentos na indústria naval do estado. O anúncio marcou o retorno das atividades do Estaleiro Enseada, a contratação de embarcações para controle de vazamentos em alto mar pela Petrobrás, a retomada da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) e um investimento do Ministério de Portos e Aeroportos em novas embarcações.

“Estou aqui para recuperar a indústria naval brasileira”, disse Lula ao anunciar investimentos na Bahia. A cerimônia destacou projetos da Petrobrás, a retomada de atividades do Estaleiro Enseada e investimento de R\$ 611,7 milhões do Governo do Brasil para a construção de balsas.

“É a segunda vez que eu volto à Presidência da República para dizer que é preciso retomar a indústria naval brasileira. E também voltei para dizer que a Petrobrás é mais do que uma empresa de petróleo, é uma empresa de energia. Já tentaram desmontá-la muitas vezes, quando não conseguiram privatizar a Petrobrás, eles foram desmontando e vendendo pedaços da empresa. E eu estou convencido que a Petrobrás ainda não deu tudo o que ela tem que dar ao povo brasileiro”, ressaltou o presidente.

Lula falou também sobre o enfrentamento que foi obrigado a fazer diante da arrogância e prepotência do governo norte-americano e criticou o comportamento servil dos bolsonaristas seus agregados. “Quando o presidente [Donald] Trump resolveu gritar com o Brasil, os vira-latas desse país queriam que eu rastejasse atrás do governo americano. Eu aprendi com uma mãe analfabeta: ‘não abaixe a cabeça nunca’. Se um pobre abaixa a cabeça, eles colocam uma cangalha e você nunca mais consegue levantar a cabeça”, disse.

Ao voltar a falar da retomada dos investimentos, Lula destacou que a paralisação das atividades do estaleiro gerou dificuldades para a população da região. E destacou a geração de emprego e renda viabilizada

por esse e outros projetos detalhados durante o evento. “Estou aqui para recuperar a indústria naval brasileira. ‘Esse país é muito poderoso. Esse país tem um povo extraordinário e o que a gente tem que fazer é tentar extrair do povo aquilo que ele tem de bom’”, disse Lula.

A Petrobrás anunciou o contrato de afretamento de seis novas embarcações do tipo ORSV (Oil Spill Response Vessel), especializadas em atividades de controle de vazamentos em alto-mar. A previsão é de quatro anos para a construção e 12 anos de operação em cada contrato. O evento marcou também o retorno das atividades da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) da Bahia, prevista para ocorrer até o final de 2025. Ao todo serão investidos mais R\$ 2,6 bilhões no estado, por meio desses dois projetos, com geração de 5,4 mil empregos diretos e indiretos.

A estatal do petróleo retomou a licitação para contratação de serviços de operação e manutenção das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia e de Sergipe (Fafen-BA e Fafen-SE), o que permite o reinício das atividades das duas plantas. A reativação é vista como estratégica para o agronegócio nacional. No momento, está em curso o processo de desmobilização, encerramento do contrato de arrendamento anterior e a mobilização de recursos para a retomada da operação.

O retorno à operação ocorrerá até o fim de 2025, possibilitando produção de amônia, ureia perolada e ARLA-32, utilizando contrato que ainda inclui a operação dos Terminais Marítimos de Amônia e Ureia no Porto de Aratu, em Candeias, na Bahia. Na Fafen Bahia, o investimento é de R\$ 38 milhões e a estimativa é de que sejam gerados 750 empregos diretos.

“Com a ANSA [Araucária Nitrogenados S.A., no Paraná] e as duas Fafens produzindo a plena carga, nós vamos ser capazes de fornecer 20% de todo o fertilizante nitrogenado que o Brasil consome e que hoje é importado. Parece pouco, mas não é. Vai estar tudo na praça a partir de janeiro do ano que vem”, afirmou a presidente da Petrobrás, Magda Chambriard.

Amorim adverte para que prêmio a Corina não “facilite uma intervenção estrangeira”

O ex-chanceler e atual assessor especial de Lula, Celso Amorim, disse que espera que o Nobel da Paz concedido à líder golpista da Venezuela, Maria Corina Machado, não “facilite uma intervenção estrangeira”.

Celso Amorim comentou que “só o tempo dirá” o resultado da premiação. “Se, após esse prêmio, os navios de guerra forem retirados, foi bom. Espero que ele não leve a atitudes mais radicais, nem facilite uma intervenção estrangeira”.

“O prêmio Nobel não é moral, mas político. Para quem está lá na Europa, a Venezuela pode ser uma questão menor. Para nós no Brasil, é vital”, continuou o assessor especial da Presidência para assuntos internacionais.

Em sua primeira declaração

após o anúncio do Nobel da Paz, Maria Corina agradeceu ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, “por seu apoio decisivo à nossa causa”.

Donald Trump está realizando um cerco militar à Venezuela e usando as redes sociais para divulgar vídeos de barcos venezuelanos sendo abatidos. Em sua primeira gestão, Trump reconheceu o autodeclarado presidente Juan Guaidó como “legítimo” representante da Venezuela.

Maria Corina se posicionou ao lado dessas movimentações.

A nova Nobel da Paz também declarou apoio ao governo de Israel no genocídio contra a população palestina, assim como à colonização da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

Governo demite aliados de deputados que votaram contra taxar bets e ricos

O governo Lula começou a demitir de cargos comissionados federais pessoas que foram indicadas por 251 deputados que votaram contra a Medida Provisória que taxava as “bets”, os “super-ricos” e as fintechs. Foram demitidos funcionários do Ministério da Agricultura, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Caixa Econômica Federal.

O governo Lula anuncia o movimento como uma reorganização da base aliada, uma vez que o Congresso passou por votações estratégicas para

a gestão federal e os deputados puderam se posicionar a favor ou contra os posicionamentos do governo.

O União Brasil e o PP, por exemplo, optaram por abandonar o governo federal e determinaram que seus filiados deixassem cargos na gestão.

A votação da MP 1.303 está sendo tomada como base para a avaliação das demissões. A MP aumentava as taxas sobre rendimentos de aplicações financeiras e sobre as casas de apostas online, as chamadas “bets”, assim como aumentava a Contribuição Social sobre Lucro Líquido de fintechs.

A Medida Provisória foi rejeitada por 251 deputados e teve o voto favorável de 193.

Vacina nacional contra a covid-19 é marco para a ciência brasileira

Ministra Luciana Santos destaca que desenvolvimento da SpiN-TEC representa “um momento de afirmação da necessidade de virar a página do negacionismo”

O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) divulgou os resultados dos testes da SpiN-TEC, primeira vacina 100% brasileira contra a Covid-19. O imunizante foi desenvolvido pela pelo Centro de Tecnologia de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com a Fundação Ezequiel Dias (Funed), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ligado a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Os estudos confirmaram a segurança do imunizante, e a expectativa é que ele entre em produção ainda em 2026, após aprovação da Anvisa e avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

Com um investimento de R\$ 140 milhões do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a vacina foi totalmente produzida com tecnologia e insumos nacionais,marcando um importante avanço em direção à autonomia científica e à soberania sanitária.

Em entrevista à Agência Brasil e à TV Brasil, a chefe do MCTI, Luciana Santos, classificou o desenvolvimento do imunizante como algo revestido de simbolismos em meio à luta contra o negacionismo. “Acho que o desenvolvimento dessa vacina se reveste de muitos simbolismos. Primeiro, da capacidade da inteligência brasileira. Nós temos um histórico, através de instituições que são longevas, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Butantan, que, naquele momento de pandemia, acudiram através de transferência de tecnologia, o que salvou o povo brasileiro”, disse.

“Os desafios para as pandemias vão ser cada vez mais urgentes. No caso específico, a SpiN-TEC, do Centro de Tecnologia de Vacinas da UFMG, que a gente apoiou com investimentos no montante de R\$ 140 milhões, mostra que o Brasil é capaz de produzir soluções brasileiras, da inteligência brasileira”, completou.

A ministra destacou que este “é um momento de afirmação da necessidade de virar a página do negacionismo no país e de dizer que a inteligência brasileira resolve questões, resolve problemas. Fico imensamente feliz, orgulhosa e com a certeza de que a gente

tem capacidade de enfrentar vários desafios”.

A primeira vacina 100% nacional que chegou aos estudos clínicos é um grande marco para soberania em termos de desenvolvimento de imunobiológicos de novas tecnologias, ampliando o complexo industrial de saúde brasileiro, que engloba desafios propriamente da área de saúde, equipamentos, insumos e medicamentos.

Luciana destacou que este é um importante desafio, pois esse é o segundo déficit da balança comercial do Brasil, próximo de US\$ 20 bilhões. E eles integram a Nova Indústria Brasil, a política industrial lançada pelo governo federal em janeiro de 2024, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional até 2033.

Segundo a ministra Luciana Santos, a SpiN-TEC é “um libelo à inteligência brasileira” e prova de que o país é capaz de “produzir soluções brasileiras, da inteligência brasileira”.

“É um desafio. Uma das escolhas que o Brasil fez foi nos tornarmos independentes, diminuir a nossa dependência desse conjunto de questões que diz respeito ao povo brasileiro. E, com isso, baratear custos, dar mais acesso, facilitar. Só pra dar um exemplo, a produção nacional do fator recombinante 8, que é um IFA [insumo farmacêutico ativo] de hemoderivados, vai significar US\$ 1,2 bilhão a menos na balança comercial brasileira”, completou a ministra.

A vacina foi desenvolvida pelo Centro de Tecnologia de Vacinas (CTVacinas) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com a Fundação Ezequiel Dias (Funed).

O CTVacinas é um centro de pesquisas em biotecnologia criado em 2016, fruto da parceria estabelecida entre a UFMG, o Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz-Minas) e o Parque Tecnológico de Belo Horizonte. O Centro reúne cerca de 120 pesquisadores, estudantes e técnicos, consolidando-se como um polo estratégico para o desenvolvimento de vacinas e imunobi

O grupo já concluiu a fase 2 dos ensaios clínicos com 320 voluntários e aguarda autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para iniciar a fase 3, com estimativa de 5,3 mil voluntários de todas as regiões do Brasil.

atingiu todas as regiões do Brasil e, em alguns casos, comprometeu temporariamente serviços essenciais, como o abastecimento de água e o funcionamento de aeroportos.

SISTEMA INTERLIGADO E APAGÃO DA GESTÃO PÚBLICA

O último apagão de amplitude nacional havia ocorrido em 2023, atingindo 29 milhões de brasileiros. À época, a causa foi uma sobrecarga no SIN, o que reforça a fragilidade de um sistema que há anos vem sendo sucateado.

O Sistema Interligado Nacional (SIN) foi concebido para garantir eficiência e estabilidade, conectando o país de ponta a ponta. No entanto, nos últimos anos, o modelo vem sofrendo precarização, com redução de investimentos, falta de manutenção e priorização de ganhos privados em detrimento do planejamento técnico e da segurança energética.

Os sucessivos apagões evidenciam o efeito de um processo de privatização que esvazia a capacidade do Estado de fiscalizar e investir. Quando o serviço público é tratado como mercadoria, a consequência é previsível: instabilidade, falta de transparência e aumento do risco sistêmico.

O engenheiro eletricista Ikaro Chaves, considera que a deterioração da qualidade da prestação de serviço na distribuição de energia elétrica evidencia a falência do modelo do setor elétrico brasileiro, baseado na privatização e na regulação estatal do setor.

“Ano que vem, faz 30 anos que a primeira distribuidora foi privatizada, que foi a distribuidora do Espírito Santo. Já é tempo suficiente para a gente fazer uma avaliação desse modelo, se deu certo ou se não deu. E eu acho que está mais do que provado que ele não tem funcionado”, destacou Chaves.



SpiN-TEC, primeira vacina 100% nacional, chegou aos estudos clínicos

Tarcísio protege as bets e bilionários, enquanto taxa até gorjeta de garçons

Enquanto atuava em Brasília para barrar a Medida Provisória que previa a taxação de apostas online, bancos e fortunas — setores que movimentam bilhões de reais sem contribuição equivalente — o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), intensificava no próprio estado a cobrança de ICMS sobre gorjetas de garçons.

A medida, considerada “injusta e arbitrária” pela Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp), revela uma contradição entre o discurso de defesa do trabalhador e a prática de onerar justamente os que mais dependem dessa renda complementar.

A Fhoresp encaminhou ao governo paulista um ofício pedindo o fim da tributação sobre gorjetas superiores a 10% da conta. O setor argumenta que o imposto de 4% prejudica os profissionais e desestimula os clientes. “O dinheiro da gorjeta deveria ser livre de qualquer cobrança. Ele é uma gratificação voluntária do cliente e serve para complementar a renda dos funcionários”, afirmou Edson Pinto, diretor-executivo da entidade. Segundo ele, a federação espera que o governador “seja sensível à pauta e revise essa taxaço absurda”.

Pela legislação estadual — o decreto 58.375/2012 — as gorjetas até 10% da conta estão isentas de imposto, mas valores acima disso sofrem tributação. Embora a regra exista desde 2012, o governo Tarcísio aumentou as autuações neste ano, mirando um reforço de arrecadação. O advogado tributarista Luís Garcia, da Tax Group, avalia que o endurecimento na fiscalização tem ligação direta com a busca por novas receitas diante da crise fiscal estadual.

A entidade também acionou o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para discutir o caso em



Medida contra garçons é “injusta e arbitrária”

nível nacional, defendendo que a gratificação é uma escolha espontânea do cliente e já sofre encargos trabalhistas e previdenciários quando formalizada em folha. Em nota, a Secretaria da Fazenda e Planejamento confirmou o recebimento do pedido e afirmou que o tema será analisado “considerando todas as regras aplicáveis”, sem indicar prazo para resposta.

O debate ganhou força depois de a própria gestão de Tarcísio se envolver na articulação para derrubar a Medida Provisória 1303/2025, que previa arrecadar até R\$ 35 bilhões em 2025 e 2026 com a tributação de apostas online, bancos e aplicações financeiras. A proposta, que destinaria recursos a programas sociais e obras de infraestrutura, foi rejeitada no Congresso após pressão de Tarcísio e de líderes do centrão — movimento confirmado pelo deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RJ) — beneficiando diretamente o setor das bets e conglomerados financeiros.

A contradição rendeu críticas no Parlamento. “Quer dizer que o Tarcísio agiu para impedir que Lula cobrasse imposto de bets, bancos e bilionários, mas TAXOU A GORJETA DOS GARÇONS? É um gatinho (ou tigrinho?) com a Faria Lima e um leão

contra garçons, camareiras, recepcionistas? TAXISIO ODEIA O POVO!”, escreveu o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) nas redes sociais. Já o relator da medida provisória, Carlos Zarattini (PT-SP), afirmou que “em Brasília, ele articula contra a taxaço dos bilionários, dos bancos e das bets, setores que movimentam bilhões sem pagar um imposto justo. Mas em São Paulo, ele taxa até a gorjeta dos garçons e cria mais pedágios ‘free flow’ para tirar mais dinheiro do bolso dos trabalhadores. Não é à toa que é o candidato queridinho da Faria Lima”.

Para o setor, a cobrança desrespeita o espírito da Lei Federal 13.419/2017, que reconhece a natureza voluntária das gorjetas e proíbe sua tributação como receita. Ainda assim, o governo paulista mantém a cobrança sobre valores superiores a 10%, o que afeta diretamente cerca de 1,4 milhão de trabalhadores que atuam em 500 mil estabelecimentos no estado.

Ao proteger bilionários enquanto onera garçons, camareiras e recepcionistas, Tarcísio de Freitas demonstra na prática ser um gestor que privilegia elites econômicas e arrocha os trabalhadores.



Vereador Guilherme Bianco (PCdoB)

Vereador de Araraquara desliga ar-condicionado da Câmara após veto à compra do equipamento para escolas municipais

Um vídeo em que o vereador Guilherme Bianco (PCdoB), de Araraquara (SP), desligou os aparelhos de ar-condicionado da Câmara em protesto após a base governista votar contra a instalação dos equipamentos nas escolas do município viralizou nas redes sociais.

Até o fechamento desta matéria, a denúncia do parlamentar já ultrapassava 1,5 milhão de visualizações somente na rede X, o antigo Twitter.

A cidade no interior de São Paulo enfrenta intensas ondas de calor, com temperaturas que ultrapassam 40 °C, e há relatos de alunos e profissionais da educação passando mal devido às condições extremas nas salas de aula.

“Desliguei o ar condicionado aqui, para ver se o líder do governo acha razoável trabalhar sem ar condicionado, num calor de 40 graus. Eu não acho que é razoável”, disse o vereador após o projeto ser rejeitado pela base do prefeito da cidade, o bolsonarista Luís Lapena.

Com nove votos favoráveis e oito contrários, foi rejeitada a votação do projeto de iniciativa do vereador Guilherme Bianco que instituiria o Programa de Enfrentamento à Crise Climática nas escolas da rede pública municipal.

Para amenizar os efeitos das mudanças climáticas na comunidade escolar, a proposta idealizava e previa a revisão da estrutura de climatização e isolamento térmico das escolas públicas municipais e a adequação das estruturas físicas e arquitetônicas, além da arborização e redistribuição de alunos por sala de aula.

“A extrema direita e uma parte dos vereadores desta casa, que acha que construir significa se ajoelhar para o prefeito e colocar os interesses das nossas crianças, de professores e professoras, merendeiras, diretoras, coordenadoras, agentes educacionais dessa cidade a revelia do que o prefeito, não entenderam o para que são vereadores e o pra que são vereadoras. E o nosso papel é defender a educação de cada jovem dessa cidade”, completou.

“Nossa luta não acaba aqui. Amanhã o projeto estará protocolado de novo e vocês vão ter que ficar votando contrário até a gente cansar. E nós vamos ganhar pelo cansaço, porque o nosso nome é trabalho e a nossa defesa é educação”, destacou o vereador no vídeo divulgado nas redes sociais.

Arcebispo de Aparecida defende que os políticos eleitos votem pelos pobres

Enquanto finge combater o crime, o governador bolsonarista Cláudio Castro (PL) escancarou as portas do Estado para o jogo, entregando máquinas de apostas a uma empresa ligada a parentes de bicheiros históricos do Rio de Janeiro — tudo com o apoio da Loterj, autarquia estadual mobilizada para atender a interesses escusos.

Castro autorizou a instalação de máquinas caça-níqueis, agora chamadas de VLTs (Video Lottery Terminals), em bares e estabelecimentos comerciais. Uma das empresas já beneficiadas pela medida é a To All Games, criada há poucos meses, e que tem como sócios ninguém menos que Fernando Souto, sobrinho de Castor de Andrade, e Ailton Guimarães Jorge Junior, filho do “Capitão Guimarães”, bicheiro e ex-militar.

Ambos são figuras conhecidas da velha guarda do jogo do bicho no Rio e já foram citados em investigações do Ministério Público e da Polícia Federal por envolvimento com jogos ilegais. Mesmo assim, a empresa deles foi credenciada pela Loterj para operar os VLTs por todo o Estado.

Cláudio Castro, como de costume, lavou as mãos. Disse que o processo passa por “análise jurídica” e “compliance”. Mas não explicou como uma empresa com sócios ligados a contraventores conseguiu autorização tão rápida. A To All Games foi criada em julho e, em apenas dois meses, já estava credenciada.

De acordo com ele, a ideia do decreto que autoriza a medida, é formalizar e “moralizar” os jogos que já são explorados pelo crime e acabar com “toda essa questão de contravenção”.

Agora, sob o guarda-chuva do bolsonarismo, a empresa quer instalar 9 mil máquinas e abrir 91 salas de jogos em 28 municípios do Estado. O investimento anunciado é de R\$ 108 milhões, com expectativa de lucro de mais de R\$ 700 milhões em cinco anos. Um dos primeiros pedidos foi para montar 105 máquinas de apostas no Jockey Club da



Roberto Preizoiiti

TST

Reforma trabalhista: modernização do atraso

CAROLINA MARIA RUY*

A Reforma Trabalhista de 2017 foi instituída em um contexto de instabilidade política e avanço de pautas neoliberais no Brasil. Um discurso de modernização das relações de trabalho serviu de fachada para a imposição da reforma, mas sua implementação abrupta e sem amplo debate social levanta questões sobre o modelo de sociedade que ela propõe.

Qual ideia de país, de desenvolvimento e de classe trabalhadora está por trás das mudanças que, ao longo de oito anos, se consolidam criando novos – e piores – parâmetros de trabalho, como os trabalhadores por aplicativos? Embora silenciado, ainda está em aberto o debate sobre os retrocessos sociais causados pela reforma, como o crescimento do trabalho informal, a perda de direitos, o enfraquecimento da fiscalização, o aumento da precarização e, principalmente, o enfraquecimento dos sindicatos como estratégia fundamental para todo o processo de desregulamentação. São questões que não apenas impactam diretamente trabalhadores e trabalhadoras, como também moldam o futuro da sociedade brasileira.

A reforma, tramada e votada sem a participação das organizações de trabalhadores, foi uma das mudanças mais radicais implementadas no país na Nova República. E ela é celebrada até agora – outubro de 2025 – pelo mercado como um passo “modernizador”. Tanto que neste início de outubro a imprensa comemora o lançamento de um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que aponta que “A reforma trabalhista poupou cerca de R\$ 15 bilhões ao país entre 2022 e 2024”. Lendo mais atentamente, porém, percebe-se que esses dados dizem respeito à queda no número de processos trabalhistas e não à produtividade. A “economia”, assim, deu-se às custas do trabalhador que, sem a garantia de seus direitos ou a orientação de seu sindicato, deixa de recorrer à Justiça.

Em seu editorial “Emprego surpreendente” (de 4/10/25), a Folha de São Paulo também atribui à reforma trabalhista uma situação que julga “surpreendente”: a constatação de que o baixo desemprego da atualidade não pressiona a inflação.

Mas isso está longe de ser obra da reforma. Em seus primeiros meses, ela provocou desemprego, precarização e rebaixamento salarial, como mostra um outro estudo – mais realista – elaborado pela pesquisadora Nikita Kohli, da Universidade Duke (EUA). A pesquisa foi divulgada no Brasil em reportagem de Thais Carrança (Reforma trabalhista aumentou informalidade ao enfraquecer sindicatos, diz estudo inédito, BBC Brasil, 1º de maio de 2025) e revelou o aumento da informalidade e da precarização com a reforma.

“O que é surpreendente nesses resultados é que os trabalhadores formais ficaram mais baratos, seus salários caíram, mas o emprego formal também diminuiu”, observou a pesquisadora em entrevista à BBC News Brasil.

Ela acrescentou: “Minha hipótese é que as empresas podem estar pensando: ‘Ok, os sindicatos desapareceram. Esses trabalhadores formais tornaram-se mais baratos, mas agora também é menos provável que sejam inspecionados’”.

Kohli argumenta que “antes da reforma, sindicatos fortes ajudavam a orientar a atuação dos fiscais do Ministério do Trabalho, sugerindo onde as auditorias deveriam ser realizadas” e que “com a queda abrupta de receita após a reforma, provocada pelo fim da contribuição sindical obrigatória, as entidades tiveram de reduzir seus quadros de funcionários e fechar escritórios, o que pode ter diminuído sua capacidade de influenciar no processo de fiscalização”.

Para ela é fundamental “considerar o papel mais amplo que os sindicatos desempenham nos mercados de trabalho, especialmente em economias em desenvolvimento, onde a informalidade prevalece e a regulamentação é aplicada de forma imperfeita”.

Os prejuízos para os trabalhadores apareceram de diversas formas, tanto na precarização quanto na menor fiscalização, agravada pelo desmonte do Ministério do Trabalho. Isso colocou em risco a vida de milhões de trabalhadores e retrocedeu em conquistas no campo da saúde e da segurança do trabalho.

Esse movimento não foi, entretanto, casual. Ele atende a uma orientação política e ideológica a qual Michel Temer, em seu governo, representou. No poder, Temer rompeu com o programa que o elegeu como vice na chapa de Dilma Rousseff e inaugurou um período de aprofundamento do neoliberalismo, implementando o maior ataque à legislação trabalhista em mais de 80 anos. Seu projeto baseava-se não na ideia de soberania e desenvolvimento social e econômico, mas na manutenção da dependência. Um projeto que remonta à República Velha, que ganhou fôlego com o golpe militar e que se manteve mesmo após a abertura democrática.

(Leia a íntegra em horadopovo.com.br)

***Carolina Maria Ruy** é jornalista e pesquisadora, coordenadora do Centro de Memória Sindical, editora do Rádio Peão Brasil e membro do Conselho Consultivo da Fundação Maurício Grabois.



Presidente do TST, ministro Luiz Philippe Vieira de Melo, alertou sobre pejotização



USP Imagens

Supremo forma maioria contra reajustes abusivos em planos de saúde para idosos

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, na quarta-feira (8), para proibir reajustes por faixa etária em planos de saúde contratados antes de 2003, ano em que entrou em vigor o Estatuto do Idoso. Na prática, a decisão impede que planos de saúde aumentem o valor das mensalidades de forma automática apenas porque a pessoa atingiu 60 anos, mesmo nos contratos antigos, assinados antes de 2003.

O Supremo entendeu que, a partir da entrada em vigor do Estatuto, qualquer reajuste baseado apenas na idade é discriminatório e, portanto, inconstitucional. A decisão busca proteger o consumidor idoso de aumentos abusivos que dificultam a continuidade do plano justamente em um momento da vida em que o acesso à saúde é ainda mais necessário.

Os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello, acompanharam o voto da relatora, ministra aposentada Rosa Weber, que propôs a seguinte tese:

“A garantia constitucional do ato jurídico perfeito não elide a incidência da Lei 10.741/2003 [Estatuto do Idoso] – a vedar a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade –, quando o ingresso em faixa etária diferenciada for posterior à vigência da denominado Estatuto do Idoso (1º.1.2004), ainda que se trate de contratos de plano de saúde anteriormente firmados”.

Para o Idec (Instituto de Defesa de Consumidores), que participou do julgamento como Amigo da Corte, apresentando pesquisas e argumentos técnicos que foram incorporados ao entendimento final, “a decisão que beneficia consumidores, consolida um entendimento essencial para a proteção de pessoas idosas com planos de saúde em todo o país”.

De acordo com o Instituto, a decisão “representa um avanço importante para mais de 8 milhões de pessoas idosas vinculadas a planos de saúde no Brasil, segundo dados da Agência Nacional de Saúde (ANS) até junho de 2025”.

Apesar da maioria formada no entendimento de que os aumentos por idade nesses contratos são inconstitucionais, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, optou por proclamar o resultado em conjunto com outra ação – Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 90, ajuizada pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros (CNSeg) – sobre o assunto que tramita na Corte, para evitar resultados divergentes.

O adiamento foi criticado pelo Idec, que aponta a ação apresentada pelas empresas do setor de saúde como meio “para tentar rediscutir o tema e atrasar a efetivação dos direitos reconhecidos”. “Na prática, as operadoras de saúde conseguiram, mais uma vez, influenciar, ainda que de maneira indireta, o julgamento na mais alta Corte do país e prejudicar o direito das pessoas consumidoras que aguardam, anos a fio, por um desfecho. Para o Idec, esse tipo de estratégia deveria ser impedido pelo Supremo”, protesta a entidade.

Presidente Vieira de Mello defendeu a CLT e denunciou “desconstrução histórica”

O recém-empossado presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, em entrevista exclusiva ao portal JOTA, apontou que a expansão do fenômeno da “pejotização” poderá trazer “graves” consequências nas relações de trabalho, com riscos de “ruptura do tecido social”.

O magistrado apontou as consequências mais nocivas para o mundo do trabalho: trabalhadores desassistidos e a seguridade social subfinanciada.

O ministro defendeu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como um instrumento “atemporal” de proteção dos direitos do trabalhador, com cláusulas gerais para ter “incidência ao longo do tempo”, lembrando que essa legislação trabalhista, ao longo de mais de 8 décadas de existência (foi instituída pelo presidente Getúlio Vargas ainda em 1943), já passou por centenas de modificações.

“A CLT não fica em desuso. Ela faz parte hoje de uma gama de trabalhadores, 38 milhões, que não podem ficar desassistidos”, sentenciou, na defesa de uma legislação do trabalho que, mesmo que retaliada ao longo do tempo e brutalmente agredida no desgoverno de Michel Temer (2016/2018), através da contrarreforma trabalhista, ainda é considerada um dos sistemas legais mais avançados do mundo ao tratar os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Vieira de Mello também defendeu a regulação pelo Congresso Nacional dos que se chama vulgarmente de “uberização” das relações de trabalho, que considere pontos importantes os limites da jornada de trabalho, a remuneração, e a contribuição previdenciária desses trabalhadores.

O ministro confessou ter ficado “chocado” com o testemunho de motoentregadores de Brasília sobre suas condições laborais, diante da subordinação aos algoritmos manipulados pelas plataformas e a ausência total de mecanismos de proteção em caso de acidentes, o que é muito corriqueiro.

“Não podemos ter uma perspectiva de que você sai de casa e não sabe se vai voltar. É como ir para uma batalha em Gaza”, sentenciou, informando que tem dialogado com o deputado Augusto Coutinho (Republicanos-DF), relator da comissão especial da Câmara sobre regulação dos aplicativos de transporte e entrega.

Além de rejeitar o enquadramento como trabalho intermitente, o ministro defende uma legislação que comporte regimes diferentes, para que o entregador opte pelo que achar melhor, de acordo com o perfil de trabalho: se para compor renda ou se há longas jornadas para mais de uma plataforma, por exemplo.

“Essa questão tem que ser [solucionada] pela via legislativa. Seria um trabalho digital, uma CLT digital”, afirmou. “Temos que pensar, com relação a novas formas de trabalho, uma CLT digital, com características diferentes na proteção”.

É acrescentou: “O lugar onde eles (os trabalhadores em aplicativos) comem são uns tijolos que eles colocaram. A cadeira que eu fiz a reunião, um deles disse que tiraram do lixo. E isso que se chama de empreendedorismo, de autonomia? É que ninguém vai lá para escutar e saber o que estão vivendo e passando. Na hora de servir a gente entregando as coisas é muito fácil”.

Vieira de Mello foi indicado ao TST pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva ainda em 2006, assumindo, recentemente, o mais alto posto da justiça trabalhista. Desde então, tem destacado a importância da “assimetria” nas relações de trabalho e denunciado “a falsa liberdade de escolha do trabalhador”

PEJOTIZAÇÃO É DESCONSTRUÇÃO HISTÓRICA

O ministro destacou, também, que a pejotização impactará a arrecadação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema S, com consequências para o financiamento de obras de infraestrutura. O cenário, segundo ele, é de comprometimento de programas como o do Minha Casa, Minha Vida, que favorece pessoas vulneráveis.

“Mas o mais grave é que

a Previdência Social não se sustentará”, disse. “Se diz que, [com a pejotização], o empregado vai ser obrigado a recolher a previdência. Mas aí vai ser só ele. Não ter a contribuição dos empregados. Estamos quebrando a simetria e estabelecendo a responsabilidade só de quem trabalha”.

Vieira de Mello Filho disse ver a tendência da pejotização como uma desconstrução histórica da luta social de mais de 80 anos, e que teme pelas consequências na população. Para o magistrado, as garantias constitucionais que asseguram uma “condição mínima civilizatória” estão virando “pó”.

“Não vai sobrar nada. Já estamos assistindo a uma avalanche de contratação pelo PJ”, afirmou. “Se isso virar uma situação legal, eu não discuto a defesa da minha instituição, da Justiça do Trabalho, eu falo de outra coisa, da defesa de pessoas vulneráveis, que não terão proteção do Estado”.

JUSTIÇA DO TRABALHO E STF

Ao avaliar a competência da Justiça do Trabalho para tratar das relações de trabalho e eventuais fraudes em contratação via PJ, denunciou como uma “regressão” atribuir essa análise à Justiça comum.

“Estamos voltando para a locação de serviço do Código Civil de 1916. Voltamos à ausência de reconstrução da simetria, eles [PJs] serão colocados como iguais numa relação contratual, que era o que havia anteriormente. Vou dizer que uma pessoa com uma mala nas costas pedalando uma bicicleta é um empreendedor? Um PJ? Acho que a figura fala por si só e dispensa comentários”, declarou.

Os fenômenos da uberização e da pejotização estão em discussão, atualmente, no Supremo Tribunal Federal (STF), que, na última segunda-feira (6), promoveu audiência pública para tratar do assunto provocado por inúmeras entidades laborais, diante da proliferação dessa prática em vários setores econômicos, especialmente naqueles interessados em driblar os direitos dos trabalhadores e burlar conquistas históricas como o FGTS e a Previdência Social Pública.

Segundo Vieira de Mello, não há conflito entre os dois tribunais.

“Diferentemente do STJ, temos uma competência concorrente com o STF, então temos que analisar questões constitucionais em todas as instâncias, especialmente no TST. E as pessoas estão driblando o sistema recursal trabalhista e entrando com reclamação a partir de sentenças regionais”, considerou.

O magistrado disse encerrar a corte que preside como um “tribunal plural”. Para ele, os julgamentos acirrados são fruto de entendimentos diversos sobre legislação trabalhista. “Não podemos ter estratégias para decidir, ou outros interesses, temos que ter debate público e jurídico sobre temas que estão submetidos à apreciação do tribunal, que não pode ter uma só posição”.

Para 2026, o magistrado projeta a divulgação de uma campanha para combater o assédio eleitoral entre trabalhadores. A ideia é complementar um trabalho que já é feito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no tema.

O presidente assumiu o TST já tendo em seu colo a polêmica envolvendo a construção de uma sala vip exclusiva no Aeroporto de Brasília para que seus 27 ministros evitassem o encontro com “pessoas mal-intencionadas ou inconvenientes”. A obra, feita em agosto, teve um custo de R\$ 85 mil e o aluguel do espaço seria de R\$ 30 mil mensalmente ao tribunal.

Em meio às críticas, o contrato foi encerrado pelo TST. “Esse assunto já está encerrado, e não é mais relevante para o tribunal”, declarou. “Todos os colegas deliberaram, por unanimidade, a rescisão do contrato”.

Vieira de Mello foi indicado ao TST pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva ainda em 2006, assumindo, recentemente, o mais alto posto da justiça trabalhista. Desde então, tem destacado a importância da “assimetria” nas relações de trabalho e denunciado “a falsa liberdade de escolha do trabalhador”.

(com informações do Portal JOTA)





Os amigos Espert e Milei antes do flagra

Flagrado com US\$ 200 mil e apoio do narco, candidato de Milei retira candidatura

Com o abandono do ultradireitista José Luis Espert, movimento do presidente fica completamente debilitado para as eleições parlamentares de 26 de outubro.

A pouco mais de duas semanas das eleições parlamentares argentinas, o cerco se fecha contra o presidente Javier Milei e sua corja de candidatos entreguistas, colocando sob ameaça qualquer perspectiva de “bancada”, como demonstra a recente batida em retirada do “empresário” José Luis Espert da disputa eleitoral da província (Estado) de Buenos Aires, a mais significativa para o país.

A recente entrada de agentes da Justiça e da Polícia Federal, realizando buscas na casa de Espert no bairro de Beccar, em Buenos Aires, e no escritório do deputado na tarde desta quinta-feira (9), se deveu a indícios de lavagem de dinheiro, assinala o juiz Lino Mirabelli. Conforme apurado pela Justiça, ocorreram transferências abundantes do narcotraficante Frederico “Fred” Machado para Espert defender o grupo de meliantes.

Assim, além de expressivos US\$ 200.000 (duzentos mil dólares) que Espert foi obrigado a admitir ter recebido do narco, após negá-la repetidamente, há também um contrato de US\$ 1 milhão encontrado durante uma busca na casa de Machado na cidade de Viedma.

Mas os valores do contrato não representam toda a contribuição de Machado a Espert, que também auxiliou com 36 voos em seu avião particular, e a disponibilidade de uma van blindada junto a US\$ 150.000 entregues a título de contribuição de campanha para alimentação, hospedagem e despesas não declaradas.

“Poucos dias após conhecer José Luis Espert, em março de 2019, Federico ‘Fred’ Machado pagou sua viagem a Miami e organizou reuniões com empresários argentinos radicados na Flórida para arrecadar fundos para sua campanha presidencial, confirmou este jornal com três fontes. Espert viajou entre 21 e 24 de março de 2019 com sua esposa, Mercedes González, e Nazareno Etchepare, então gerente de campanha da Frente Despertar. As passagens e acomodações foram pagas por Machado. Com essa informação, mais uma mentira de Espert vem à tona”, esclarece o jornalista Sebastián Lacunza, no *DiarioAr*.

Após ser forçado a renunciar a candidatura devido ao escândalo, o deputado teve o descaramento de solicitar à Câmara esta semana uma licença remunerada, negada, obviamente, por ampla maioria. Ao mesmo tempo, os parlamentares aprovaram um pedido do Juiz Mirabelli para apresentar provas contra Espert e inclusive realizar buscas em seu gabinete.

Outro processo contra Espert está pendente no Tribunal de Comodoro Py e diz respeito aos voos que o congressista realizou em aeronaves pertencentes a Machado, cinco deles acompanhados por Machado, que tem contra si um pedido de extradição aos EUA para ser julgado por lavagem de dinheiro, fraude e tráfico de drogas. Após mais de dois anos, finalmente a Suprema Corte aprovou esta semana a extradição.

Coreia Socialista comemora 80 anos do PTC com mostra do poder militar e vigor popular

Milhares de norte-coreanos ocuparam a praça Kim Il Sung, em Pyongyang, no último dia 10, para comemorar de forma efusiva os 80 anos da fundação do Partido do Trabalho da Coreia (PTC), responsável por grandes feitos da Coreia Socialista, desde a luta anti-japonesa, a independência do País e a fundação da República.

O evento foi presidido pelo líder Kim Jong Un, secretário-geral do PTC e presidente dos Assuntos Estatais da República Popular Democrática da Coreia (RPDC), que recebeu pessoalmente as delegações estrangeiras, especialmente Dmitry Medvedev, vice-presidente do Conselho de Segurança da Rússia, e o primeiro-ministro chinês, Li Qiang, que representaram, respectivamente, os presidentes Vladimir Pútín e Xi Jinping.

O desfile militar exibiu as armas mais avançadas já produzidas pela RPDC, entre eles seu novo míssil balístico intercontinental, o Hwasong-20, descrito como “sistema de armas estratégicas nucleares mais poderoso”. Além disso, mostrou o aquilo que a Coreia Socialista qualifica como “o inesgotável potencial tecnológico de defesa de nosso país e seu assombroso ritmo de desenvolvimento, que o mundo já não pode ignorar”. Também foram exibidos mísseis de

cruzeiro de longo alcance, veículos lançadores de drones e mísseis terra-ar e terra-terra.

No mês passado, o líder norte-coreano foi visto ao lado de Xi Jinping e de Putin em um enorme desfile militar em Pequim.

As comemorações em Pyongyang também acontecem depois que surgiram notícias na Coreia do Sul segundo as quais “não se pode descartar” uma reunião entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos às margens da cúpula da Apec (Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) que acontece no fim de outubro na Coreia do Sul. A Coreia Socialista, até o momento, não se manifestou sobre a possibilidade desse encontro.

ÊXITOS DO PTC

O Partido do Trabalho da Coreia coleciona, ao longo de 80 anos de sua existência, desde que foi fundado por Kim Il Sung, incontáveis êxitos na construção de uma pátria independente e socialista.

O PTC nasceu da união de operários, camponeses e intelectuais que lutaram contra a trágica colonização japonesa na Península Coreana desde os primeiros anos do século passado, que se estendeu até o final da 2ª Guerra Mundial.

A luta contra o imperialismo japonês se deu através de uma guerrilha liderada por Kim Il Sung.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](#)

Multidão saúda libertação de palestinos das masmorras da ocupação israelense



Palestinos cercam ônibus que traz os prisioneiros libertados

Bibi Netanyahu se recusa a libertar Marwan Barghouti, o principal líder do povo palestino

Barghouti estava na lista fornecida pelo Hamas a Israel para a libertação dos prisioneiros palestinos e teve seu nome excluído por Netanyahu, demonstrando a ojeriza do premiê israelense ao processo de paz com justiça.

A recusa, pelo regime fascista de Netanyahu, de libertar Marwan Barghouti, mundialmente conhecido como o Nelson Mandela palestino, apesar da insistência por seu nome dos negociadores do Hamas na troca de presos com Israel deste fim de semana, parte essencial do cessar-fogo e da retirada israelense, é um indicativo da ojeriza de Israel a uma paz duradoura e justa.

Uma negativa que só demonstra o quanto o acordo recém assinado ainda terá de ser superado para que o Estado da Palestina – já reconhecido por 80% dos países membros da ONU e cuja existência é a pré-condição para a paz – se torne realidade.

Barghouti, há 23 anos no cárcere israelense, a maior parte disso em confinamento solitário, é considerado a personalidade palestina capaz de unificar todo o movimento palestino em torno da libertação e construção do Estado da Palestina, desde o Fatah até o Hamas.

Ele entrou aos 15 anos



Barghouti ao desafiar o tribunal israelense

de idade nas fileiras do Fatah, de Yasser Arafat, o coração da Organização de Libertação da Palestina, participou da Primeira Intifada (a chamada Revolução das Pedras, que desembocou no acordo Arafat-Rabin, interrompido com o assassinato do premiê israelense), em 1987, e da Segunda (com os palestinos resistindo de armas na mão contra a imposição de uma ditadura pelo carniceiro de Sabra e Shatila, então primeiro-ministro de Israel, a rasgar os acordos já estabelecidos entre israelenses e palestinos), em 2000. Barghouti se tornou presidente do Fatah na Cisjordânia ocupada, assim como comandou ações do braço armado do Fatah, as Brigadas Tanzim.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](#)

Enviado de Trump recebe estrepitosa vaia em Tel Aviv ao mencionar Netanyahu

A homérica vaia a Netanyahu foi o grande destaque da manifestação em Israel neste sábado (11) em comemoração à iminente volta dos reféns.

A vaia ecoou pelos quatro cantos da Praça dos Reféns (como foi denominada pelos parentes e amigos dos israelenses detidos pelo Hamas e que centralizou as manifestações contra a ditadura genocida) assim que o enviado especial de Trump ao Oriente Médio, Steve Witkoff, mencionou o premiê genocida. Havia 400 mil pessoas na praça, segundo os organizadores.

Diante da persistência da vaia, Witkoff deu um sorrisinho amarelo, acrescentando “deixem-me concluir meu pensamento”.

“Eu estava nas trincheiras”, ele apelou, repetindo “deixem-me concluir meu pensamento” e insistindo no “papel do primeiro-ministro”. Mais vaias.

Não são as primeiras vaias a Netanyahu nas ruas de Israel. Durante oito meses, após o rompimento unilateral por ele em março da trégua que já havia permitido a troca de dezenas de reféns por centenas de presos políticos palestinos em cativeiro em Israel, familiares e manifestantes israelenses vinham denunciando que o primeiro-ministro se negava a qualquer acordo de cessar-fogo fundamentalmente para se manter no poder e escapar da prisão por corrupção.



Steve Witkoff no momento da vaia em Tel Aviv

Netanyahu também é considerado responsável, por falhas na segurança ou erro de cálculo, pelo alcance da ação do Hamas, organização da qual seguidamente, no Knesset, os deputados de sua bancada se gabavam de ser um “ativo” de Israel por, na concepção deles, atrapalhar a consecução consensual do Estado Palestino.

Durante a ofensiva da “solução final” de Netanyahu para destruir a Cidade de Gaza, vídeos como os reféns, divulgados pelo Hamas, advertiram que a própria sobrevivência deles estava sendo posta em enorme risco sob os bombardeios e o primeiro-ministro tentou levar até o final seu projeto, em meio a denúncias sobre risco de nova leva da “di-retriz Hannibal” (Quando um exército dá ordens de atirar em seus próprios soldados e civis para evitar a captura de prisioneiros pelo adversário).

Em uma prévia da campanha de Nobel da Paz-

2026 do injustiçado amigo Trump, Witkoff disse ter “sonhado com esta noite”, depois de uma “longa jornada” e, exultou-se de que “milagres podem acontecer” quando a “coragem” se une “à convicção”.

Israel perpetrou uma carnificina que chegou a tirar a vida de perto de 68 mil palestinos, destruiu ou danificou mais de 90% dos prédios escolares, de saúde e civis e deixou perto de 168 mil feridos.

Para deixar claro ao mundo sua sanha assassina as tropas de Netanyahu seguiram sua agressiva barbárie até os instantes finais antes do cessar-fogo.

E, segundo denúncias divulgadas por Al Jazeera e Middle East Eye, fizeram razias nas residências dos palestinos programados para serem libertados e ainda os maltrataram dentro da prisão horas antes da liberação dos 250 palestinos mantidos em prisão por participarem ativamente da Resistência.

Uma multidão se reuniu na principal cidade da Cisjordânia, Ramallah, para receber com festa, aplauso e abraços a chegada dos palestinos

A festa pela libertação dos prisioneiros palestinos desafiou a proibição do regime de Netaniahu e se tornou mais uma gigantesca manifestação contra a ocupação opressiva dos territórios palestinos desde 1967 e contra a negação dos direitos humanos e políticos do povo palestino desde 1948.

Também na Faixa de Gaza a recepção festiva saúda a chegada dos 1.700 prisioneiros palestinos que foram sequestrados para as prisões israelenses desde 8 de outubro de 2023 até agora.

Nas masmorras de Israel há em torno de 11.000 presos políticos palestinos, parte deles sem julgamento ou mesmo acusação formal dentro da legislação colonial que “permite” ao ocupante realizar as chamadas “prisões administrativas”, legislação herdada da ocupação britânica da Palestina e mantida pelo regime de apartheid israelense desde 1948.

Na véspera da libertação dos palestinos, o enviado de Trump levou duas sonoras vaias ao mencionar e ao repetir o nome de Netanyahu diante de uma multidão de em torno de meio milhão de israelenses reunidos na Praça dos Reféns em Tel Aviv que saudavam o acordo que agora permite a libertação de 20 israelenses mantidos presos em Gaza como garantia da troca por presos palestinos.

Apesar da insistência dos negociadores indicados pelo Hamas para a inclusão do que é considerado o Nelson Mandela palestino, Marwan Barghouti, a mais respeitada liderança palestina que entrou para as fileiras do partido Fatah, de Yasser Arafat, aos 15 anos de idade e se tornou presidente do Fatah na Cisjordânia ocupada, assim como comandou ações do braço armado do Fatah, as Brigadas Tanzim, sua libertação foi negada pelo regime fascista de Netanyahu..

Marwan Barghouti é a personalidade palestina capaz de unificar todo o movimento palestino em torno da libertação e construção do Estado da Palestina como já reconhecem 80% dos Estados membros da ONU.

A não libertação de Barghouti demonstra que o regime israelense não quer chegar a um acordo de paz com a autoridade palestina e quer seguir oprimindo o povo palestino, fator central do conflito com base no extermínio dos palestinos perpetrado ao longo de décadas desde a implantação de Israel em terras assaltadas aos palestinos (que inclui agora a devastação de Gaza, assim como a destruição de mais de 500 aldeias e cidades palestinas em 1948, para a construção de cidades e kibutzim de maioria judaica na inauguração do apartheid israelense).

Também é demonstrativo claro da opção por anexação da Palestina ocupada, a retirada forçada do parlamentar árabe, Ayman Odeh, do parlamento israelense, o Knesset, quando o deputado interrompeu o discurso de Trump para destacar o estabelecimento do Estado da Palestina, da mesma forma que retiraram à força o também deputado isra-

elense, judeu, do Partido Comunista, Haddash, Offer Cassif, que fez igual demanda.

O presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmud Abbas, já está na cidade egípcia de Sharm El Sheikh para a cúpula que vai iniciar as discussões sobre a formação de um governo palestino em Gaza, abrindo passo para a reconstrução da área devastada por Israel e para os primeiros movimentos rumo ao estabelecimento do Estado da Palestina. Sabemos que, com a cumplicidade de Trump e seu agora pau mandado na região, Tony Blair, na opressão do povo palestino, enviando enxurrada de armamentos para o genocídio, esta meta baseada nos inalienáveis direitos do povo palestino ainda vai demandar muitas jornadas de luta.

Em Israel, a chegada dos 20 detidos em Gaza é celebrada em Tel Aviv. Durante os meses que se seguiram à captura dos israelenses, os parentes, amigos e ativistas pelo cessar-fogo que lotaram as ruas de Israel semana após semana durante dois anos, acusaram Netanyahu de sabotar entendimentos que possibilitariam o retorno dos reféns a seus familiares para prosseguir no seu horrendo genocídio de devastação de Gaza.

DETERMINAÇÃO

“O mundo inteiro está maravilhado com o que você ofereceu — suas dádivas, seus sacrifícios, sua firmeza, sua paciência e sua fé. Você travou uma guerra sem precedentes na história da humanidade”, declarou o líder da organização de Resistência Palestina, Hamas, ao saudar o povo palestino após anunciado o cessar-fogo com Israel.

Haya, dirigente do birô político do Hamas destacou ainda a determinação palestina demonstrada no enfrentamento do genocídio perpetrado pelas tropas de Netanyahu: “Você enfrentou a tirania do inimigo, a brutalidade de seu exército, seus massacres e sua selvageria. Você permaneceu firme como montanhas inabaláveis — sem vacilar nem vacilar na decisão”.

Para Haya, o povo palestino mostrou seu orgulho e dignidade ao resistir às provocações que lhe foram impostas: “Você permaneceu firme como montanhas inabaláveis — sem vacilar nem vacilar na resolução. Você resistiu à morte, suportou a fome e o deslocamento, a perda de entes queridos, a destruição de seus lares e posses. Você viveu em tendas e entre as ruínas de suas habitações destruídas. Você se levantou novamente quando tudo parecia perdido”.

Haya também denunciou a sabotagem do lado israelense para retardar ao máximo um acordo de cessar-fogo por querer ganhar tempo ao almejar assassinar em massa e aplicar o terrorismo sobre o povo palestino, em uma selvageria poucas vezes vista na história da humanidade.

“Apesar de tudo isso, perseveramos em longas e árduas negociações indiretas — marcadas por procrastinação, contratempos e repetidos fracassos. Mas nunca deixamos de lutar para pôr fim à agressão e a esta guerra de extermínio”, declara o líder palestino.

Corina Machado, uma notória golpista, recebe Nobel da Paz

Indicada pelo secretário de Estado de Donald Trump, Marco Rubio, e por vários membros do Partido Republicano dos EUA, a golpista venezuelana, Maria Corina Machado levou nesta sexta-feira (10) o “Prêmio Nobel da Paz de 2025”. Pesou para a indicação do Departamento de Estado os desserviços à promoção da democracia e seu apoio à invasão do país pelos EUA.

Diante do enorme destacamento militar dos Estados Unidos no Caribe, Corina Machado expressou não só o seu respaldo, como as boas-vindas às tropas estrangeiras, contra o que o governo de Nicolás Maduro denunciou como “ameaça” e mobilizou centenas de milhares de patriotas para impedir qualquer aventura.

“Nós, venezuelanos, em breve recuperaremos nossa soberania e democracia. Estamos prontos para assumir as rédeas do novo governo”, declarou a “líder” opositorista, propondo uma recepção calorosa aos invasores. A postura de submissão foi rejeitada por 64% da população.

A maioria dos países reunidos na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), incluindo Brasil, México e Colômbia, também se pronunciaram, manifestando “profunda preocupação” pela movimentação militar “extrarregional” na região. “Se recorda que a América Latina e o Caribe foram proclamados como Zona de Paz, compromisso adotado por todos os Estados membros e sustentado em princípios como: a abolição da ameaça ou o uso da força, a solução pacífica de controvérsias, a promoção do diálogo e o multilateralismo, o respeito irrestrito à soberania e à integridade territorial”, assinalaram.

JURADO DESTOANTE

Completamente destoante da realidade, de forma descarada, o jurado do “Nobel da Paz” insistiu no papel de Machado como “figura chave e unificadora em uma oposição política que antes esteve profundamente dividida”, condenaram entidades dos movimentos sociais e de direitos humanos.

A lista de desserviços de Corina Machado é longa, recordam, e vem de há tempos: “em 2020, ela solicitou à Organização dos Estados Americanos (OEA) a aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) à Venezuela: ‘A única opção é vencer! E a única maneira de nos livrarmos das máfias e da corrupção é o TIAR’”. Uma aliança militar estrangeira para por fim à soberania nacional e aos direitos conquistados pelos cidadãos da Pátria de Bolívar.

Um documento datado de 11 de maio de 2020, intitulado “Uma operação urgente dee forças conjuntas é necessária para deter a tragédia na Venezuela” conclamava os cidadãos e governos democráticos do Ocidente para travar a “luta espiritual entre o bem e o mal, até o fim”.

Leia mais no site da Hora do Povo

Famílias de militares recorrem a bancos de alimentos após fechamento do governo dos EUA

A paralisação do governo federal, com a não aprovação do orçamento de Trump no Congresso norte-americano, está forçando famílias de militares e servidores públicos federais a procurarem despesas de alimentos nos Estados Unidos.

A paralisação que já dura 12 dias aumentou em 30% a procura de bancos de alimentos criados por organizações de caridade para alimentar os mais necessitados.

A paralisação do governo federal ocorre quando o orçamento que vai reger o exercício seguinte não é aprovado antes do início do próximo ano fiscal. Trump se recusou se reunir com lideranças democratas para discutir o orçamento federal, além de apresentar cortes pesados em setores sociais fundamentais como Saúde.

Durante a paralisação, militares norte-americanos são forçados a permanecerem em seus postos sem receber salário,. Desta forma, 1 em cada 4 militares norte-americanos estão sofrendo de insegurança alimentar por causa da paralisação do governo federal.

Para passar o orçamento no Senado, são necessários 60 de 100 votos, mas os republicanos só têm 53 e Trump se recusa a ceder a qualquer exigência democrata. Além disso, ele

proveitou o fechamento para realizar demissões em massa de servidores. Segue pressionando os democratas a passar a legislação que ele quer sem negociação. Os democratas querem assegurar subsídios para o seguro de saúde, enquanto Trump e sua base republicana no Congresso os acusam de dar cobertura a imigrantes ilegais.

“A partir da semana passada em nossas operações normais de alimentos, vimos um aumento na demanda,” disse Dorene Ocamb, diretora de desenvolvimento da ASYMCA (que dá assistência aos militares e suas famílias). “Como resultado, ficamos sem comida um pouco mais rápido do que o normal. Tivemos um aumento de cerca de 34% em Killeen, Texas, que foi o primeiro tipo de distribuição de alimentos após a paralisação que aconteceu.”

“Então, planejam alguns eventos adicionais de distribuição de alimentos, porque prevemos que há mais necessidade,” disse.

Serviços de parques nacionais, serviços de saúde, educação, proteção ambiental e até a segurança interna dos EUA são afetados por essa paralisação.

Militares da ativa e da reserva, incluindo os que trabalham na Guarda Nacional e na Guarda Costeira, não estão recebendo mas ainda devem cumprir com seus deveres.

Consumidor dos EUA é que arca com o tarifaço mas Trump nega



Norte-americanos sentem o peso das tarifas criadas pela Casa Branca (Vídeo CNN)

Exportações chinesas cresceram 8,3% em setembro, o maior aumento mensal

As exportações da China aumentaram 8,3% em setembro ante o mesmo mês de 2024, segundo dados divulgados na segunda-feira (13) por Pequim, em um sinal de expressiva resiliência diante das recentes ameaças comerciais e medidas hostis dos Estados Unidos.

O desempenho que é o maior total mensal deste ano de 2025 até agora, representa uma aceleração em relação a agosto (quando as vendas externas avançaram 4,4%) e ainda superou as projeções de mercado apuradas por agências internacionais como a Reuters, que apontavam para um aumento de 6%.

“A posição da China é consistente. Não queremos uma guerra tarifária, mas não temos medo de uma”, sinalizou o Ministério do Comércio chinês em comunicado neste domingo, 12, afirmando que não vai recuar diante da ameaça do presidente Donald Trump de impor uma tarifa de 100% ao país, e pediu aos Estados Unidos que resolvam as diferenças por meio de negociações, e não de ameaças.

Foi o primeiro comentário oficial do Governo chinês à ameaça de Trump de elevar o imposto sobre importações chinesas até 1º de novembro, em resposta às restrições impostas por Pequim à exportação de terras raras, que são vitais para uma ampla gama de produtos de consumo e militares.

As terras raras são um



Tarifas dos EUA não conseguem deter exportações chinesas

conjunto de 15 elementos químicos, normalmente encontrados na natureza misturados a minérios, de difícil extração – daí o nome –, mas com características peculiares, como magnetismo intenso e absorção e emissão de luz.

As restrições chinesas de exportação têm afetado fabricantes europeus, americanos e de outras regiões, que estão sendo exigidos pelos chineses de negociar com regras claras. “Por algum tempo, certas organizações estrangeiras e indivíduos transferiram materiais de terras raras de origem chinesa, diretamente ou após o processamento, para usuários militares e outros usuários sensíveis, ameaçando a segurança da China, prejudicando a paz e a estabilidade globais e prejudicando a não proliferação”, denuncia o Ministério do Comércio chinês.

Leia mais no site do HP

Trump ameaça prender governador e prefeito da oposição

Trump ameaça prender governador e prefeito da oposição

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse na manhã desta quarta-feira (8), que o governador do estado de Illinois, JB Pritzker, e o prefeito de Chicago, Brandon Johnson, ambos democratas, deveriam ser presos por se oporem ao uso da Guarda Nacional para reprimir manifestações contra a polícia anti-imigração federal, que está fazendo prisões em massa na terceira maior cidade do país.

“O prefeito de Chicago deveria estar na cadeia por não proteger os oficiais de [imigração e Alfândega]!” postou Trump nas redes sociais, que comparou a cidade a uma “zona de guerra”. “O governador Pritzker também!”

Pritzker e Johnson haviam, previamente, manifestado que não havia nenhuma razão para o envio de tropas federais e se pronunciaram contra os abusos ocorridos assim que a intervenção foi feita à revelia deles. A truculência dos caça-imigrantes têm revoltado a população de Chicago, que tem ido às ruas protestar. Além dos imigrantes latinos, trata-se de uma provocação à imensa população afro-americana da cidade.

Em setembro, o Departamento de Segurança Interna de Trump lançou a “Operação Midway Blitz” que visa a repressão da população imigrante de Chicago. Desde então eles encontraram resistência de moradores locais



Tropas enviadas por Trump atacam manifestantes em Illinois

que se opõem à política xenófoba.

Illinois e Chicago tentaram impedir a arbitrariedade de Trump, processando o governo federal para impedir o envio das tropas. Um juiz marcou audiência para quinta-feira mas recusou-se entrar com uma ordem de restrição que impediria o envio das tropas.

O Departamento de Defesa de Trump então federalizou a Guarda Nacional de Illinois, antes no controle do Estado, e mobilizou 300 soldados. E ontem o presidente Trump ordenou o envio de 400 membros das tropas da Guarda Nacional do Texas para Chicago e para Portland, no de Oregon, ambas sob controle da oposição democrata.

Sob o pretexto de manter a ordem frente a

caos que ele mesmo causou ao enviar sua Gestapo de imigração contra a população local, Trump seguiu a cartilha do fascismo escancarando a repressão contra Estados governados pela oposição.

“Há algo genuinamente errado com esse homem, e a 25ª Emenda deve ser invocada,” disse o governador de Illinois, referindo-se ao processo para remover o presidente do cargo.

Trump recentemente escalou a perseguição a opositores. No mês passado, em uma mensagem na mídia social direcionada à sua procuradora-geral, Pam Bondi, que ele trata como se fosse sua advogada pessoal, Trump exigiu não “atrasar mais” as ações contra oponentes políticos, alegando, no maior cinismo, que “A JUSTIÇA DEVE SER SERVIDA, AGORA!!!”.

Consumidor dos EUA é que arca com o tarifaço mas Trump nega

“A maior parte do custo é absorvida por empresas dos EUA e há um repasse para os preços ao consumidor”, disse o professor da Universidade de Harvard, Alberto Cavallo

As empresas e consumidores dos Estados Unidos estão arcando com o peso das novas tarifas de importação do país, registrou a agência de notícias britânica Reuters, assinalando que os primeiros números desmentem a conhecida tese de Trump de que o preço do tarifaço seria absorvido pelos exportadores estrangeiros para manter seu acesso ao fabuloso mercado norte-americano.

Estudos acadêmicos, pesquisas e comentários de empresas mostram – sublinha a Reuters – que nos primeiros meses do novo regime comercial de Trump “são as empresas dos EUA que estão pagando a conta, repassando parte desse custo ao consumidor, e com mais aumentos de preços à vista”.

“A maior parte do custo parece estar sendo absorvida pelas empresas dos EUA”, disse o professor da Universidade de Harvard, Alberto Cavallo. “Temos visto um repasse gradual para os preços ao consumidor, e há uma pressão clara de alta”.

Um porta-voz da Casa Branca admitiu que os norte-americanos “podem enfrentar um período de transição por causa das tarifas”, mas asseverou que o custo “acabará sendo arcado pelos exportadores estrangeiros”. Para ele, as empresas estão diversificando cadeias de suprimento e trazendo produção de volta aos EUA.

Mas não foi isso que foi constatado por Cavallo e pelos pesquisadores Paola Llamas e Franco Vasquez, que monitoraram os preços de 359.148 produtos (de tapetes a café) em grandes varejistas online e físicos nos Estados Unidos.

Eles descobriram que os produtos importados ficaram 4% mais caros desde que Trump começou a impor tarifas, no início de março, comparado com alta de 2% dos produtos domésticos.

Os maiores aumentos ocorreram em bens que os EUA não conseguem produzir internamente, como café, ou que vêm de países fortemente penalizados, como a Turquia. Esses aumentos, embora significativos, foram menores que a alíquota das tarifas aplicadas, o que sugere que os vendedores estão absorvendo parte do custo.

Ainda assim, os preços de importação dos EUA, que não incluem as tarifas, mostram que os exportadores estrangeiros têm aumentado seus preços em dólares, repassando aos compradores americanos parte da desvalorização do dólar.

“Isso sugere que os produtores estrangeiros não estão absorvendo muito, se é que estão, das tarifas dos EUA, em linha com pesquisas econômicas anteriores”, escreveu o grupo de pesquisa Budget Lab, da Universidade Yale.

O que também é confirmado pela análise dos índices nacionais de preços de exportação. O custo dos bens exportados por China, Alemanha, México, Turquia e Índia subiu. O Japão foi a única exceção. Ainda está em andamento, na análise da Reuters, adaptar-se ao tarifaço de Trump, que elevou a carga média de importação de cerca de 2% para estimados 17%. “Estima-se que leve vários meses, com exportadores, importadores e consumidores disputando quem arcará com os cerca de US\$ 30 bilhões mensais em tarifas.”

Para Cavallo, não se deve esperar “um salto único nos preços”. As empresas estão “tentando en-

contrar formas de atenuar o impacto” e os aumentos vêm sendo espaçados no tempo.

Empresas de bens de consumo como a Procter & Gamble, a EssilorLuxottica (fabricante do Ray-Ban) e a relojoaria Swatch já aumentaram preços, enquanto as montadoras europeias têm tentado absorver mais do impacto.

Cerca de 72% das empresas na Europa, Oriente Médio e África monitoradas pela Reuters reportaram aumentos de preços desde o início da guerra comercial de Trump. Apenas 18 empresas alertaram sobre impacto nas margens de lucro.

Análises separadas da Reuters em sites como Shein e Amazon já mostravam aumentos expressivos nos preços de produtos chineses vendidos nos EUA, variando de roupas a eletrônicos.

A política chinesa que incentiva fabricantes a reduzir competição e até cortar capacidade em setores-chave, a chamada “anti-involução”, pode agravar o quadro ao limitar a oferta de produtos como equipamentos de energia solar.

No Fed, que cortou sua taxa básica de juros no mês passado em decorrência do enfraquecimento do mercado de trabalho, há uma divisão quanto ao impacto da inflação causada por tarifas.

Stephen Miran, que Trump deslocou para o Fed, descartou preocupações com o que chamou de “mudanças relativamente pequenas nos preços de alguns produtos”. Um cálculo informal do Fed de Boston projetou que as tarifas aumentariam a inflação subjacente em 75 pontos-base.

Para o presidente do Fed, Jerome Powell, as tarifas explicam cerca de 30 a 40 pontos-base dos atuais 2,9% de inflação subjacente, mas esse impacto deve ser “relativamente passageiro”.

O Instituto Peterson de Economia Internacional estimou que a inflação será 1 ponto percentual maior no próximo ano devido às tarifas, mas voltará a cair depois disso.

A medida que os consumidores norte-americanos enfrentam preços mais altos, a demanda por exportações tende a cair. Como confirmado por uma pesquisa da S&P Global com gerentes de compras em empresas do mundo todo, que mostrou que os pedidos de exportação vêm caindo em ritmo crescente desde junho.

As exportações da União Europeia para os EUA caíram 4,4% em julho na comparação anual. Na Alemanha, esse recuo chegou a 20,1% em agosto.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) encolheu sua previsão de crescimento do volume do comércio global de mercadorias para ínfimos 0,5% no próximo ano, em razão do impacto retardado das tarifas dos EUA.

Dados de remessas dos EUA, acompanhados pelo Instituto Kiel da Alemanha, também mostram uma clara tendência de queda. Embora isso possa refletir parcialmente o “antecipamento de pedidos” no início do ano, diante da ameaça de tarifas, também gera alertas sobre o cenário futuro do comércio.

Haverá uma redução de 17% nas exportações da UE para os EUA nos próximos dois anos, na previsão do banco holandês ING. O que pode custar 0,3 ponto percentual do crescimento do PIB europeu.

Cartola simplesmente

A expressão literária tem como um dos objetivos “tornar sensível a ideia mediante uma imagem” e, sem dúvida, Cartola - referência fundamental para a música brasileira -, foi mestre em criar imagens inusitadas

IRAPUAN SANTOS *

Há 117 anos, exatamente em 11 de outubro de 1908, nascia no Cateite, Agenor de Oliveira. Aos 8 anos se mudaria para Laranjeiras, mais precisamente para a rua Ipiranga. Poeta, compositor, cantor, instrumentista, um dos nossos maiores sambistas, entraria para a história da cultura nacional como Cartola.

Aos 11 anos mudou-se para o Morro da Mangueira e seu nome, com o passar do tempo, ficou indissociável da Escola de Samba Mangueira, numa trajetória que se iniciou ainda garoto tocando cavaquinho nas festas de rua, até a criação, ao lado de Carlos Cachaca e outros futuros baluartes do Bloco dos Arengueiros, em 1925, que unido a outras agremiações do Morro, daria origem à grande verde e rosa da Mangueira, fundada em 1929. Acompanhem suas palavras:

“Eu resolvi chamar de Estação Primeira, porque era a primeira estação de trem, a partir da Central do Brasil, onde havia samba... As cores verde e rosa foram em homenagem ao rancho em que meu pai, Sebastião de Oliveira, saía, lá em Laranjeiras, o Arrepiados. Era um rancho formado pelos operários da Fábrica Aliança.”

Ao longo da vida Cartola teve diversas ocupações, como tipógrafo, lavador de carros, pedreiro (de onde veio seu apelido, porque usava um chapéu para proteger a cabeça do cimento e da tinta) e até contínuo de repartição pública, sempre concomitante com as madrugadas de samba e boemia. Época em que compôs “Divina Dama”, “Alegria”, “Não Quero Mais Amar a Ninguém” e até vendeu sambas a Mário Reis e Chico Alves.

No início dos anos 60, ao lado de sua mulher, Dona Zica, inaugura o “Zicartola”, restaurante na rua dos Andradas, no Centro do Rio, que reunia a nata de sambistas como Zé Kéti, Nelson Cavaquinho, Geraldo das Neves, Padeirinho, Elton Medeiros, Paulinho da Viola, e a juventude engajada, como Oduvaldo Viana Filho, o Vianinha, e Carlos Lyra, todos integrantes do CPC da UNE. Tempos depois seria exatamente a união do samba de morro, representado por Zé Kéti, a música regional, representada por João do Valle, e a juventude progressista, representada por Nara Leão, dirigidos por jovens e talentosos diretores, que levaria para o palco o Show Opinião, que foi o primeiro e vigoroso protesto cultural contra a ditadura.

No entanto, o conjunto de sua obra surgiria com força para o público quando já aos 66 anos de idade, gravaria, em 1974, seu primeiro disco para a Gravadora Marcus Pereira, a quem sempre devemos render homenagens, porque foi um exemplo ímpar da importância da existência de gravadoras nacionais. O primeiro disco seria sucedido por mais 2 discos, onde sua poesia e a riqueza harmônica de seus sambas, acompanhadas por um regional de primeira linha, onde despontavam Dino 7 Cordas, Meira, violão de 6 cordas, Canhoto no cavaquinho, Copinha na flauta e até Radamés Gnatalli, ao piano, e uma percussão esmerada, descortinam um verdadeiro universo musical

que se transformou em referência fundamental para a música brasileira.

“Festa da Vinda”, “Sala de Recepção”, “As Rosas Não Falam”, “Disfarça e Chora”, “Alvorada”, “Corra e Olha o Céu”, “Inverno do Meu Tempo”, “Tempos Idos”, “Minha”, “Verde que te Quero Rosa”, “Amor Proibido”, “o Mundo é um Moinho” e tantas outras, revelam um cantor de voz curta, grave, porém precisa, e um compositor refinado, o que mais tarde veríamos refletido em alguns grandes momentos de Paulinho da Viola.

Os sambas-enredos da Mangueira entre 1929 e 1948 foram em sua maioria feitos por Cartola, Carlos Cachaca e Arturzinho. Sem dúvida o samba-enredo “Ciência e Arte”, composto por Cartola e Carlos Cachaca em 1947, é precioso.

Nos versos finais - **“E neste rude poema destes pobres vates/ Há sábios como Pedro Américo e César Lattes”** -, há que se destacar a riqueza da rima perfeita de uma palavra do latim erudito com outra de origem hebraica (Vates/Lattes), ao mesmo tempo em que se coloca em destaque o grande pintor Pedro Américo, criador de grandes quadros realistas retratando momentos da história nacional, e o grande físico brasileiro César Lattes, orgulho científico da nacionalidade.

Mas devemos registrar outros belos momentos da sua produção poética. Sem dúvida a expressão literária tem como um dos objetivos “tornar sensível a ideia mediante uma imagem” e, há que se destacar, Cartola foi mestre em criar imagens inusitadas.

Em “As Rosas Não Falam”, se observarmos o núcleo principal da letra temos os versos:

“Volto ao jardim, na certeza que devo chorar/ Pois bem sei que não queres voltar para mim/Queixo-me às rosas, mas que bobagem./ As rosas não falam/ Simplesmente as rosas exalam/ O perfume que roubam de ti”

Temos a impressão de que os versos são livres, mas notamos a ocorrência de rimas internas, para garantir o ritmo do discurso (chorar/voltar e jardim/mim), e rimas paralelas com o mesmo objetivo (falam/exalam).

Ao trabalhar com o binômio negação/afirmação, que está na raiz de várias estruturas do discurso, ele primeiro nega a animização - palavra originária do grego “ânima”, que significa alma e que consiste em atribuir “alma” aos seres da natureza. Voltando ao poema, ele primeiro nega: **“Que bobagem, as rosas não falam”**, para, em seguida, afirmar a animização no verso **“Simplesmente as rosas exalam o perfume que roubam de ti”**. Ou seja, atribui às rosas uma ação, “roubar”, própria dos seres humanos, ao mesmo tempo que introduz a metáfora de que a mulher amada é uma rosa.

Em “Festa da Vinda”, onde encontramos outra imagem inusitada, temos: **“Já perdi tantos amores/ Não notei diferença/ Pensei que passavam séculos/ Sem a sua presença/ Misturada entre as pedras preciosas do mundo/ Com um simples olhar a você não confundo”**

Neste caso temos a conhecida figura da metonímia, em que o poeta substitui o conti-



Cartola, em três momentos: desfilando na verde e rosa, com a mulher Zica, e no Morro da Mangueira, com o amigo e parceiro Carlos Cachaca

nente pelo conteúdo, ao criar a hipérbole **“Pensei que passavam séculos”**, na evidente substituição de dias ou meses ou anos, por **“séculos”**.

Mas, com certeza, os dois versos finais são a grande imagem do poema, quando Cartola, num movimento inverso ao da animização, atribui à amada a qualidade de “pedras preciosas”, e não deixa de ser impactante pensarmos numa mulher mergulhada em pedras preciosas.

Já numa observação atenta dos belos versos de “Acontece”, percebemos que o poeta compõe em decassílabos (dez sílabas), que são chamados de versos heróicos e foram usados por Camões, nos Lusíadas, mas estes em alguns momentos são entremeados de versos dodecassílabos (12 sílabas). São formas de verso que exigem bastante do poeta.

“...Acontece que meu coração ficou frio/ E o nosso ninho de amor está vazio/ Se eu ainda pudesse fingir que te amo...”

Em “Amor Proibido” numa metáfora que sugere ao ouvinte que a ingenuidade do amor pode levar o ser humano a sua própria desumanização, o autor escreve:

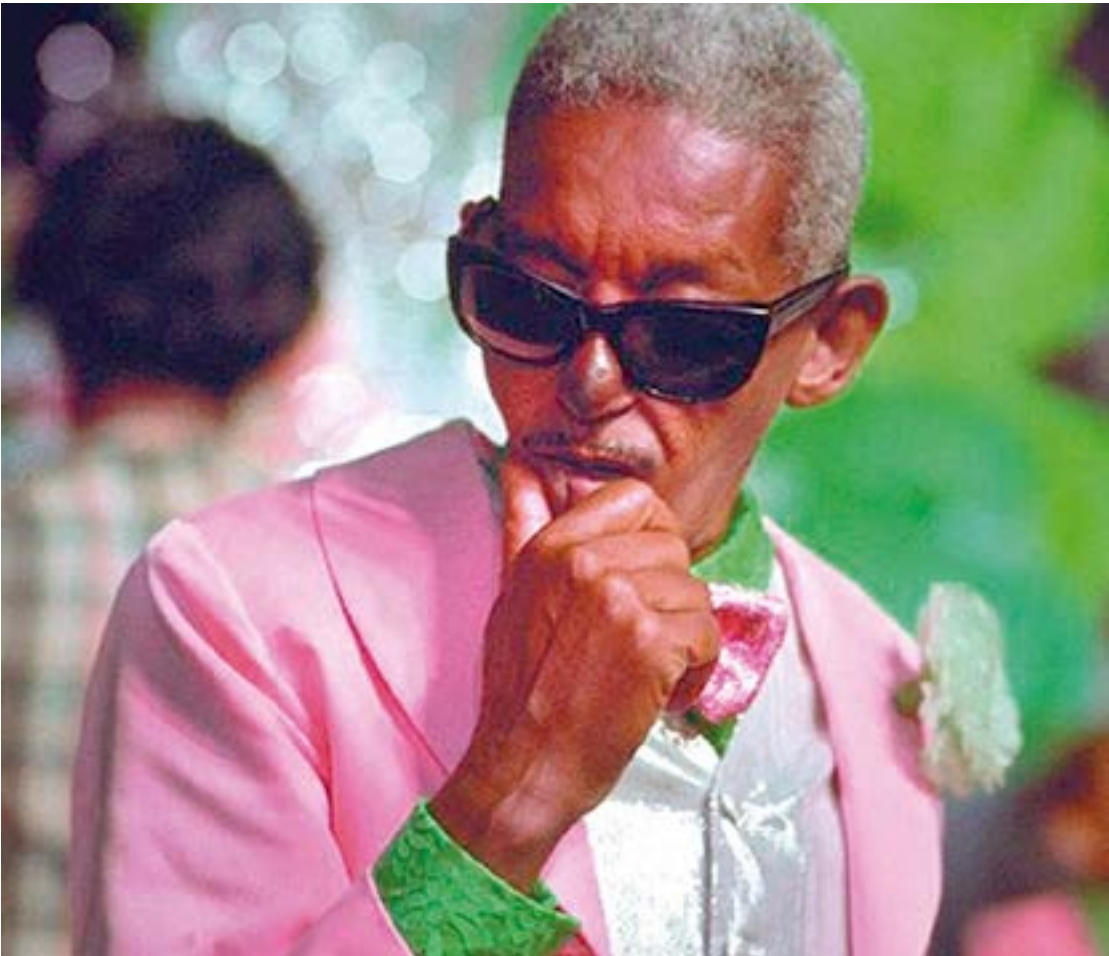
“...Fácil demais fui presa/ Servi de pasto em sua mesa...”

Nestes versos a palavra “pasto”, originária do latim, tem dupla função. Ao mesmo tempo que designa alimento à mesa, semanticamente se associa à palavra “presa”, ou seja, a animal.

Seria importante tecer alguns comentários sobre “O Mundo é um Moinho”, também grande sucesso de Cartola e que seria uma canção composta pelo autor para sua filha.

No núcleo central da letra, que inclusive dá o nome à composição temos:

“...Ouça-me bem amor/ Preste atenção o mundo é



um moinho/ Vai triturar teus sonhos, tão mesquinho/ Vai reduzir as ilusões a pó...”

Neste trecho, em primeiro lugar devemos ressaltar a sonoridade da rima perfeita (moinho/mesquinho) e a utilização da metáfora **“O mundo é um moinho”**, que é usada não porque “o mundo” seja parecido “fisicamente” com um moinho. Mas sim porque na literatura mundial, a relação do moinho destruidor de sonhos ficou estabelecida a partir da história de Dom Quixote, o cavaleiro da triste figura, que tinha (aos olhos dos leitores e de Sancho Pança) seus sonhos de grandeza destruídos por moinhos de vento.

Cabe registrar que nestes versos temos algo chamado na linguagem figurada de alegoria, que é um trecho onde as metáforas se sucedem. Então temos também, **“o mundo é**

um moinho/vai triturar teus sonhos, tão mesquinho”, ou seja, a substituição de “seres humanos” por mundo, já que este não é mesquinho e nem generoso. Estes são atributos da humanidade. E finalmente a metáfora **“Vai reduzir as ilusões a pó”**, que tem dupla direção. A primeira é que moinho produz farinha de trigo ou milho. Neste caso o moinho produz “pó”, uma vez que ele tritura “ilusões”.

Sabendo da religiosidade que encontramos na obra de Cartola, nos parece bem plausível que o que esteja subjacente nesta imagem, mesmo inconscientemente, seja a passagem da Gênese bíblica: **“Do pó viestes e ao pó retornarás”**.

Muitas vezes pensamos que para sorver um pouco do realismo fantástico precisamos ir até Gabriel Garcia Marquez, e é justo, pela qualidade do nosso

irmão colombiano. Mas, pensando bem, a imagem de um mundo em forma de moinho triturando sonhos é puro realismo fantástico.

Bem, por vezes gostamos de determinada letra ou música e não sabemos bem porque, muitas vezes o segredo está na capacidade infinita que certos seres humanos têm de gerar belas imagens para retratar o mundo ou o seu próprio estado de espírito. Cartola foi, sem dúvida, um destes seres humanos especiais, a quem sempre devemos render nossas homenagens e procurar difundir a obra.

Essa é nossa homenagem a Cartola simplesmente. Niterói, 12 de outubro de 2025

**Presidente do Congresso Nacional Afro-Brasileiro, membro do Comitê Central do PC-doB, licenciado em Letras pela UERJ e em Música, pela UFRJ*